

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado—2.ª Repartição

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DO MEZ DE FEVEREIRO DE 1860 NAS DATAS ABAIXO INDICADAS

- 15—Francisco José dos Santos, promovido de aspirante de segunda classe a aspirante de primeira classe da alfândega municipal de Lisboa, no lugar vago pelo falecimento de Antonio Manuel de Vilhena Arriga.
- José Estanislau de Barros, promovido de oficial da secretaria da alfândega do Porto ao lugar de escrivão da mesa do despacho da mesma alfândega, vago pela promoção de Alexandre José Gomes Monteiro.
- Antonio Cardoso da Silva, promovido de aspirante de primeira classe ao lugar de oficial da secretaria da alfândega do Porto, vago pela promoção do antecedente.
- Domingos Afonso de Sousa, promovido de aspirante de segunda classe ao lugar de aspirante de primeira classe da alfândega do Porto, vago pela promoção do antecedente.
- Fernando de Macedo de Passos Pimentel, transferido de aspirante de segunda classe da alfândega de fazenda do distrito do Porto para o lugar de aspirante de segunda classe da alfândega do Porto, vago pela promoção do antecedente.
- Declarando de nenhum efeito o decreto de 16 de abril de 1857, pelo qual foi nomeado o terceiro official do antigo quadro do thesouro publico, Francisco Martiniano Arnaud, para o lugar de delegado do thesouro no distrito da Guarda, de que não chegou a tomar posse.
- Antonio Joaquim Rebello, aspirante de segunda classe do thesouro publico, nomeado para o lugar de delegado do thesouro no distrito da Guarda, vago por ter ficado sem effecto a nomeação do antecedente.
- 22—Francisco Pereira de Oliveira, nomeado para o lugar de aspirante de segunda classe da alfândega municipal de Lisboa, vago pela promoção de Francisco José dos Santos.
- 27—Francisco Mendes Cardoso Leal Junior, segundo ensaiador da casa da moeda e papel sellado, promovido ao lugar de primeiro ensaiador, vago pelo falecimento de Mauricio Gonzaga da Costa.
- Joaquim Miguel Gonzaga da Costa, amanuense da casa da moeda e papel sellado, transferido para o lugar de segundo ensaiador, vago pela promoção do antecedente.
- Augusto Cesar Jorge, nomeado para o lugar de amanuense da casa da moeda e papel sellado, vago pela transferencia do antecedente.
- Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 12 de março de 1860.—*Luiz Augusto Martins.*

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

1.ª Repartição

Relação dos forcos que pediram renir fóros que pagam a fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta João Manuel Painho da Silva—fôro de 116000 réis—despacho de 7 de março de 1860. Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 12 de março de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder a sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificarse nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela forma seguinte: metade em moeda corrente e metade em títulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3% o juro de toda a divida fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies do moeda, entregando a primeira parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5%, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar a fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como prohibidos de lançar nellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

Lista 1242-A

ARREMATACAO PERANTE OS GOVERNADORES CIVIS DOS DISTRICTOS ABAIXO DECLARADOS

NO DIA 23 DE ABRIL DE 1860

Primeira forma

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1840

DISTRITO DE EVORA

CONSELHO DE ESTREMOZ

Bens adjudicados a fazenda nacional por execução feita a José da Silva Mirra

27906 Um predio de casas, sito na rua dos Carvoeiros, que se compõe de casa terrea, e outra no 1.º andar, cavallaria e palheiro, que confronta com casas do mesmo executado, e com as de Maria Candida, o qual é fôro em 26000 réis annuaes aos herdeiros de Joaquim Ferreira Garcez, da cidade de Lisboa; avaliado deduzido o fôro em —126290.

DISTRITO DE VIZEU

CONSELHO DE SERANACHELLE

Bens da commenda de Seranachelle da ordem de Malta

27907 Uma morada de casas, sitas na rua do Poço, da villa de Seranachelle, denominadas as casas da Tulha, partem com Felicia Candida, viuva, e rua publica; avaliado em attenção ao seu estado de ruina em —126000.

Proprios nacionaes

27908 Um predio de casas, sitas na povoação do Seixo, do mesmo conselho; partem com herdeiros de D. Maria Candida de Santo Estevão e rua publica; avaliado em attenção ao seu estado de ruina em —156000.

CONSELHO DE MORDIM

Bens incorporados nos da fazenda nacional por decreto de 30 de maio de 1834

Inventário n.º 344

27909 Uma casa, denominada as Hospedarias, com seus altos e baixos, no lugar e freguezia de Salzedas, confronta com o terceiro publico de Salzedas, e um cerrado que confronta com a mesma hospedaria, e com os herdeiros de Bento José da Costa, de Salzedas—2006000

Inventário n.º 383

27910 Predio urbano com as pertencas no sitio de Mondim em estado de ruina—2406000.

DISTRITO DO PORTO

CONSELHO DA PÓVOA DE VAREM

Bens da commenda de S. Pedro de Rates

27911 O terreno em que foi situada a antiga

casa da Tulha, no lugar do Monteiro, da freguezia de Rates: parte do norte com a igreja da freguezia, ponte com o eirado de Anna Izidora, sul com casas da mesma Anna Izidora, e nascente com o parcho—56000.

Bens da herança jacente de Thereza de Miranda

27912 Um predio de casas, sitas no lugar de Santo Antonio, confrontam do nascente com o caminho e casa de Antonio Cecilio, norte com um caminho e casas de Antonio Estevão, e poente com o caminho, e capella de Santo Antonio, avaliadas em attenção ao seu estado de ruina em —436200

27913 Um cortello sito na Serra de Montes, que parte do sul com terra maninha, nascente com o monte maninho, norte com terra maninha, e poente com um caminho e casa de Antonio Francisco Capucho, paga a penção de 7 quartas do milho a Domingos Justino Afonso de Oliveira Pacheco, da freguezia de S. Martinho de Outeiro Maior, e o fôro de 100 réis annuaes a camara municipal; avaliado o sobredito cortello, deduzida a penção e o fôro, em —56100.

DISTRITO DE COIMBRA

CONSELHO DE COIMBRA

Bens incorporados nos da fazenda nacional por decreto de 30 de maio de 1834

Inventário n.º 123

27914 Um cerrado, que chamam cerco do Carmo, sito na rua da Sofia, e que deve ter entrada independente pela azinhaga do Carmo, parte pelo poente com as paredes do edificio, e pelos mais lados tem um muro alto—2006000.

CONSELHO DE MONTE-MÓR O VELHO

Inventário n.º 200

27915 Nove agulhadas de terra no sitio de Salatriz Campo da Carapinha, que partem pelo nascente e poente com terra da capella de Constança Paes—436200.

CONSELHO DE COIMBRA

Bens adjudicados a fazenda nacional, por execução promovida contra os herdeiros de José Antonio Alves de Sequeira

27916 Um cerrado com suas casas, eira de cal e arvôres do fructo, no sitio do Seixal, lugar do Ameal, a partir do nascente com Rosa Ferreira Gamita, e do poente com o dr. José Joaquim Homem de Figueiredo—856200.

DISTRITO DE BEJA

CONSELHO DE SERPA

Proprios nacionaes

27917 Um predio de casas, sitas na villa de Serpa, que serviam, uma de igreja (já profanada), e outra de sacristia, do antigo hospital da villa de Serpa, que se acham encravadas num predio particular, com uma só entrada, em estado de ruina, principalmente na parte superior da frontaria e abobadas—506000.

Somma R.ª..... 9106998

Segunda repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 12 de março de 1860.—*Joaquim Pinheiro Silva.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

N.º 44

Repartição do chefe do estado maior da marinha 23 de janeiro de 1860

ORDEN DA ARMADA

S. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar manda publicar a armada o seguinte:

Vogaes do conselho de saude naval, o doutor Francisco Frederico Hopfer, cirurgião de primeira classe da provincia de Cabo Verde, por decreto de 2 de dezembro do anno proximo passado; e o cirurgião de divisão da armada, Carlos Guilherme de Faria e Silva, por decreto de 19 do corrente mez.

Cirurgião de divisão, o cirurgião de 1.ª classe da armada, José Antonio Maia.

Por decreto de 13 do corrente

CORPO DE VETERANOS DE MARINHA

Addido, na conformidade da lei, o capitão da extinta brigada da marinha, Eduardo Raphael Lopes da Silva Valente, por ter sido julgado incapaz de serviço activo pela junta de saude naval.

Por portaria de 20 do corrente

COMPANHIA DE GUARDAS MARINHAS

Para continuar a servir de instructor de artilheria, nesta companhia, o capitão da extinta brigada da marinha, addido ao corpo de veteranos, Eduardo Raphael Lopes da Silva Valente, vencendo, em quanto durar esta commissão, o soldo pela taxa de 1814.

Por portaria de 23 do corrente

CORPO DE MARINHEIROS DA ARMADA REAL

Commandante da 2.ª companhia, o primeiro tenente da armada, Ayres Pacheco Lamare.

CAPTANIA DO PORTO DE LAGOS

Exonerado, pelo pedir, o capitão de fragata, Agostinho José Duarte; e nomeado para o substituir o segundo tenente da armada, Antonio Francisco Ribeiro Guimarães.

Declara-se o seguinte:

Em 12

Nomeado presidente dos conselhos de guerra, durante o primeiro trimestre do corrente anno, o capitão tenente, João Antonio de Sousa.

Em 17

Apresentaram-se nesta repartição os seguintes officiaes:

O major do exercito, Constantino Lopes de Azevedo e Cunha, por ter acabado a sua commissão de governador da praça e cidade de Damão.

O alferes do exercito, Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, regressado da India, por ter ali concluido a sua commissão como ajudante de ordens do governador geral d'aquelle estado.

O primeiro sargento do regimento da infantaria n.º 14, Antonio Joaquim de Azevedo e Almeida, que, por decreto de 22 de dezembro proximo passado, foi despachado alferes do regimento de infantaria n.º 1, da provincia de Angola.

O primeiro sargento graduado aspirante a official do regimento de infantaria n.º 2, Ricardo Adolpho Mass de S. Maurice, que, por decreto de 24 de dezembro ultimo, foi despachado alferes para o estado da India.

Em 18

Apresentou-se o primeiro tenente da armada, Ayres Pacheco Lamare, por haver concluido a sua commissão, para que fôra requisitado pelo ministerio do reino.

Em 19

Apresentou-se o primeiro sargento do batalhão de caçadores n.º 4, Ayres Maria Faiva Frôes de Carvalho, que, por decreto de 24 de dezembro proximo passado, foi despachado alferes do estado da India.

Licenças arbitradas aos seguintes officiaes, pela junta de saude naval, em sessão de 14 d'este mez, e confirmadas por portaria de 13 do corrente

Ao capitão tenente, Frederico Carlos Rosa, quarta dia de convalescer.

Ao capitão tenente, Joaquim Luiz da Fraga Pery de Linde, trinta dias para se tratar.

Ao primeiro tenente da armada, commandante da 10.ª companhia do corpo de marinheiros da armada real, dois mezes para se tratar.

Ao segundo tenente da armada, Augusto Carlos da Silva, seis mezes para se tratar.

AVISO AOS NAVEGANTES

(N.º 52)

AUSTRALIA—COSTA MERIDIONAL

Em additamento ao aviso n.º 37, datado de 20 de outubro de 1859, a repartição do commercio e alfândegas de Melbourne, Victoria, deu as seguintes informações adicionais, relativamente ao pharol, cuja illuminação teria logar a contar do 1.º de setembro de 1859, em Portland-bay, na costa meridional da Australia.

PHAROL FIXO EM PORTLAND-BAY

O pharol consta de uma luz vermelha fixa, visivel do lado do mar, a todo o navio que o marcar entre NO. e S. 4 SE. Está elevada 116 pés acima do nivel medio do mar, e em tempo claro será visivel na distancia de 13 milhas proximamente.

O apparelho illuminatorio é dioptrico, ou por lentes de quarta ordem.

O pharol, construido de pedra e pintado de cinzento, acha-se collocado perto do pau da bandeira da bateria do oiteiro, e a sua posição approximada é na latitude 38° 22' S. e na longitude 141° 39' E. de Greenwich.

A ponta mais de leste dos rochedos de Lawrence demora ao SE. do pharol, na distancia de umas 4 milhas; a ponta mais de norte de Whalersbluff, a NO. 4 N., distante 1 milha, e a boia do baixo de Whalers, a N. 4 1/2 NO., a 1 milha de distancia.

Advertencia. Os navios que se dirigem a Portland-bay, vindos de oeste, devem acutelar-se, ao montar os rochedos Lawrence, de modo que o pharol da bateria não lhes demore mais para o norte de NO. 4 1/2 O. Depois de montar os rochedos devem seguir um rumo relativamente ao pharol de modo que elle demore pela amura de bombordo, e não navegar em menos de 6 braças de agua. Quando se estiver em frente do ancoradouro a luz do molhe (a qual foi alterada em cor, de vermelha para verde) será visivel demorando a oeste.

(Os rumos são magneticos.—A variação 7° 1/2 NE., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 14 de novembro de 1859.

(N.º 53)

AUSTRALIA—COSTA MERIDIONAL

Em additamento ao aviso n.º 47, datado de 20 de outubro de 1859, a repartição do commercio e alfândegas de Melbourne, Victoria, deu as seguintes informações relativamente ao pharol illuminado do 1.º de setembro de 1859 em diante, em Porto Fairy, na costa meridional da Australia.

PHAROL DE LUZ FIXA E COM INTERVALLOS DE AUMENTO, EM PORTO FAIRY

Este pharol compõe-se de uma luz vermelha fixa, variando de tres em tres minutos por um claro, e é visivel de bordo de qualquer navio que demore entre NE. 1/2 E. e SE. 1/2 E. A luz está situada 41 pés acima do nivel do mar, e em tempo claro será visivel na distancia de 9 milhas.

Na distancia de 6 milhas e ainda mais, ella se apresentará como uma luz constante pelo espaço de 1 minuto e 40 segundos, eclipsada repentinamente durante 34 segundos, e depois apresentará um brilhante claro durante 12 segundos, e em seguida novamente se eclipsará durante 34 segundos, tornando logo a reaparecer a luz constante.

Em distancia menor de 3 milhas do pharol, os eclipses difficilmente se observarão, e n'esta distancia será visivel uma luz fixa durante os intervallos dos claros, e isto estando tempo claro.

O apparelho illuminatorio é dioptrico, ou por lentes de quarta ordem.

O pharol é circular, construido de pedra, e pintado de vermelho. Acha-se collocado no lado do sueste da ilha Rabbit, proximamente elevado 5 jardas do nivel do preamar, e a sua approximada posição é na latitude 38° 24' S., e na longitude 142° 20' E. de Greenwich.

A ponta meridional da ilha de Julia Percy dista 13 milhas do pharol, e ao O. 4 1/2 SO.; a extremidade SSE. do baixo junto a ilha de Dustymiller, ao S. 4 3/4 SO. do mesmo pharol, e na distancia de 3/4 de milha; a ponta NE. extrema do baixo da ilha Rabbit, ao NE. 4 E. e na distancia do comprimento de uma amarra e um quarto; e a boia externa da amarração a N. 4 3/4 NE., na distancia de 3/4 de milha.

Advertencia. Recommenda-se muito particularmente aos maritimos que attendam a differença que se dá entre a luz do pharol do Porto Fairy e a do Cabo Otway, sendo a luz d'este ultimo branca, e sujeita a um claro de minuto em minuto.

Quem não for pratico não deve demandar o pharol de Porto Fairy com serração; nem mesmo demandar durante a noite a entrada do porto. Ao demandar a terra a oeste do porto é necessario attender a que o pharol não demore mais para leste do que ENE.; nem d'ella se deve aproximar a menos de uma milha até que demore a O. 4 SO., e então pôde-se deitar ao NO. 4 O. para seguir para o porto. Quando o pharol demorar ao S. 4 1/2 SO., pôde-se fundear em 6 1/2 a 7 braças de agua; não se deve conservar o pharol mais para o sul d'esta marcação, a fim de evitar um peor fundo.

(Os rumos são magneticos.—A variação em Porto Fairy 7° 50' NE., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 14 de novembro de 1859.

(N.º 54)

AUSTRALIA, COSTA MERIDIONAL

Em additamento ao aviso n.º 47, datado de 20 de outubro de 1859, a repartição do commercio e alfândegas de Melbourne, Victoria, deu as seguintes informações relativas aos pharoes illuminados desde o dia 1.º de setembro de 1859, no porto de Warrnambool.

PHAROL FIXO EM PORTO WARRNAMBOOL

O pharol consta de uma luz branca fixa, elevada 78 pés acima do nivel do mar, e em tempo claro é visivel do mar em qualquer rumo, na distancia de 13 milhas.

O apparelho illuminatorio é dioptrico ou por lentes de quarta ordem.

O pharol acha-se situado em a ilha Middle, e proximamente na latitude de 38° 20' S. e na longitude 142° 32' E. de Greenwich. A extremidade do sueste do baixo demora a SE. 4 1/2 E. do pharol, na distancia de meia milha; e a extremidade sul do baixo Hopkins a E. 1/2 SE. na distancia de 2 milhas.

PHAROL DE LUZ FIXA E COM INTERVALLOS DE AUMENTO EM PORTO ALBERTO

Este pharol compõe-se de uma luz vermelha fixa, variando de tres em tres minutos por um claro brilhante, e avista-se do mar quando demoram entre os rumos O. 4 SO. e NE. Está elevado 40 pés acima do nivel do mar; e em tempo claro será visivel na distancia de 9 milhas. Na distancia de 6 milhas, ou pouco mais, a luz se apresentará como fixa e constante durante 1 minuto e 40 segundos, eclipsada repentinamente durante 34 segundos, e depois apresentará um brilhante claro durante 12 segundos, sendo em seguida novamente eclipsada

durante 34 segundos, reaparecendo depois a luz constante. Em distancia menor de 3 milhas do pharol os eclipses difficilmente se observarão, e n'esta distancia será visivel como uma luz fixa durante os intervallos dos claros.

O apparelho illuminatorio é dioptrico ou por lentes de quarta ordem.

O pharol, construido de madeira e pintado de vermelho, acha-se situado na extremidade leste da ilha La Trobe, na parte do norte da ilha Corner, e a sua approximada posição é na latitude S. 38° 46' e longitude 146° 31' E. de Greenwich (ainda que em ulterior informação vinda de Melbourne, datada de 28 de maio de 1859, a longitude diz-se ser 146° 38' E.) A boia vermelha mais externa, no velho canal, demora ao SE. 4 3/4 E. do pharol, e distante d'elle 3 1/2 milhas; a ilha Clifty, 13 milhas ao SE. 4 1/2 S. do pharol; a ilha North-Scal ao S. 4 1/2 SE., distante 9 milhas; a ilha Rabbit ao S. 4 1/2 SO., distante 11 milhas; e a ponta Townsend ao SO., distante 3 1/2 milhas.

(Os rumos são magneticos. A variação em Lady Bay 6° 1/2 NE., e em Porto Alberto 9° 1/2 NE., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 14 de novembro de 1859.

(N.º 55)

MEDITERRANEO, COSTA DE TUNES—PHAROL FIXO SOBRE OS ROCHEDOS I CANI

O ministro da marinha da regencia de Tunes participou que, a contar do 1.º de janeiro de 1860, será illuminado o pharol recentemente construido sobre os rochedos conhecidos pelo nome de Cani, Alkhebi, ou Cies, na costa de Tunes.

O pharol será de luz fixa branca, situado na elevação de 129 pés acima do nivel do mar, e em tempo claro será visivel na distancia de 17 milhas.

O apparelho illuminatorio é dioptrico, ou de lentes de segunda ordem.

O pharol é circular, com base quadrada, tem 70 pés de altura, e é pintado de branco. Acha-se no topo da maior ilha, na latitude 37° 21' N., e longitude 10° 47' 39" E. de Greenwich.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 17 de novembro de 1859.

(N.º 56)

OCEANO INDICO, COSTA ORIENTAL DE CEILÃO, PHAROL PROVISORIO EM COLUMBO

O governo colonial de Ceilão participou que o pharol de Colombo entrará em reparação desde o 1.º de fevereiro até ao 1.º de abril de 1860, e que durante este periodo uma luz provisoria se achará estabelecida na torre do relógio.

Advertencia.—Os maritimos são advertidos de que não devem confiar muito n'esta luz provisoria, e que devem usar do prumo quando de noite se aproximarem de Colombo. Se acharem sondas entre 80 e 40 braças, o navio estará a 15 ou 18 milhas distante da terra, e será prudente não se avishar mais d'ella até que seja dia.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 21 de novembro de 1859.

(N.º 57)

ATLANTICO DO NORTE, BAHIA DE FUNDY, PHAROL FIXO EM BURN-COAT-HEAD

A repartição de obras publicas em Halifax, Nova Escocia, participou que, a contar de 20 de outubro de 1859, será illuminado o pharol ultimamente construido em Burn-Coat-Head, na costa do sul de Bâsin de mins, no topo da Bahia de Fundy.

O pharol é de luz fixa branca, elevado 75 pés acima do nivel do mar, e será visivel em tempo claro na distancia de 13 milhas.

Tanto a torre, a qual é quadrada, como todo o edificio, são pintados de branco. O cabo Blown-meadow demora a O. 4 3/4 NO. da torre, na distancia de 26 1/2 milhas; as pedras de Brickkiln, ao NO. 1/2 O., a 7 1/2 milhas; e a ponta Economy ao NO. 3/4 N., distante 4 milhas.

LUZES EM MARSHALL COVE E MARGARET VILLE

Igualmente se annuncia que a datar de 27 de outubro de 1859 serão estabelecidas luzes de fogachos nos edificios ultimamente construidos em Marshall Cove e Margaret Ville, na costa de leste da bahia de Fundy.

A luz situada em Marshall Cove mostrará na distancia de 5 milhas uma cor branca, e ao aproximar-se d'ella será verde. Em Margaret Ville terá na distancia de 5 milhas uma cor fixa branca, e ao aproximar-se vermelha.

O edificio é quadrado e pintado de branco. Marshall Cove (dantes denominado Porto Williams) dista proximamente 27 milhas, e Margaret Ville 37 1/2 milhas, a leste do pharol Digby.

(Os rumos são magneticos.—A variação 20° NO. em Burn-Coat-Head, 18° NO. em Marshall Cove, e 19° NO. em Margaret Ville, em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 22 de novembro de 1859.

(N.º 58)

NORUEGA, COSTA OCCIDENTAL—PHAROL FIXO ILHA DE LILLE FEISTEEN

A repartição da marinha real norueguesa em Christiania participou que desde o dia 10 de novembro de 1859 será illuminado um pharol na ilha Lille (little) Feisteen, situada na costa occidental da Noruega.

O pharol é de luz fixa vermelha, elevada 68 pés acima do nivel medio do mar, e será visivel com tempo claro na distancia de 12 milhas. É visivel de todos os rumos, e será accesa durante todo o anno.

O apparelho illuminatorio é da quarta ordem. A altura, cor e descripção do pharol não foi indicada. Acha-se

A luz do pharol é branca e fixa, variando de minuto em minuto por um clarão. Está elevada 159 pés acima do nível médio do mar, e será com tempo claro visível na distancia de 20 milhas.

O aparelho illuminatorio é lenticular, systema de Fresnel, de primeira ordem.

O edificio do pharol é de ferro, sobre uma base de pedra tosa, a qual tem por fundamento um rochedo escabroso, que fica 26 pés proximaente acima do nível do mar.

A cor do pharol não se acha indicada. Elle fica na latitude 22° 29' 25" N., e longitude 78° 9' 42" O. de Greenwich.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 10 de dezembro de 1859.

(N.º 64)

ATLANTICO DO SUL, RIO DA PRATA PHAROL FIXO NA PONTA DE LESTE

O ministro da guerra e marinha em Montevideo participou que, desde o dia 1.º de Maio de 1860, será illuminado o pharol construido na ponta de leste, que forma o lado de leste da bahia de Maldonado, no lado do norte da entrada do Rio da Prata.

A luz do pharol será fixa e branca, elevada 152 pés acima do nível médio do mar, e visível em tempo claro na distancia de 20 milhas.

O aparelho será dioptrico, ou por lentes refrangentes.

O edificio do pharol tem 90 pés de altura, e achase na latitude 34° 58' S., e na longitude 54° 56' O. de Greenwich.

PHAROL QUE DEIXA DE EXISTIR NA ILHA DOS LOBOS
Igualmente se annuncia que, a contar d'aquella data, deixará de funcionar o pharol actualmente existente na ilha dos Lobos.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 10 de dezembro de 1859.

(N.º 65)

MEDITERRANEO, SICILIA—PHAROL DE LUZ FIXA COM INTERVALLOS DE AUMENTO, NA PONTA DO MONTE ROSSELLO

O governo siciliano participou que, desde o dia 1.º de dezembro de 1859, será illuminado o pharol construido sobre a ponta do Monte Rossello, na provincia de Girgenti, na costa do sul da Sicilia.

A luz do pharol é fixa e branca, variando de dois em dois minutos por um clarão vermelho. A sua elevação é de 322 pés acima do nível médio do mar, e será visível com tempo claro na distancia de 20 milhas.

O aparelho illuminatorio é dioptrico ou por lentes de terceira ordem.

A altura, cor e descripção do pharol não foram indicadas. Está na latitude 37° 16' 50" N., e na longitude 13° 27' 6" E. de Greenwich.

ALTERAÇÃO DO PHAROL DO PORTO DE MARSALA

Igualmente se annuncia que, a contar da mesma data, a luz branca e fixa do pharol do porto de Marsala, provincia do Trapani, na costa occidental da Sicilia, será variada por um clarão de tres em tres minutos.

A luz do pharol achase elevada 55 pés acima do nível médio do mar, e em tempo claro será visível na distancia de umas 12 milhas.

O aparelho illuminatorio é dioptrico ou por lentes refrangentes.

A posição do pharol, segundo as indicações sicilianas, é na latitude 37° 48' 8" N., e na longitude 12° 28' 7" E. de Greenwich. Viria por tanto a ficar, segundo esta indicação, a E. 1/2 NE., 2 1/2 milhas da posição onde vem marcado nas cartas do almirantado.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 10 de dezembro de 1859.

(N.º 66)

IRLANDA, COSTA DO SUDESTE—ALTERAÇÃO NO PHAROL DE CROOKHAVEN

A associação do porto de Dublin participou que, a contar do 1.º de fevereiro de 1860, far-se-hão as seguintes alterações da luz do pharol situado no lado do norte da entrada de Crookhaven, na costa do sudoeste de Irlanda.

A luz do pharol, a qual é fixa, continuará a apresentar-se branca para o lado de Long-Island-Bay, e para o lado da parte interior de Crookhaven, porém apresentará cor vermelha na direcção dos rochedos de Alderman e Streck-Head, ou quando demorar para qualquer navio entre os rumos NO. 1/2 O., e N. 4 NE.

Os navios por tanto, quando demandarem Crookhaven, devem, a fim de dar resguardo a estes rochedos, aguentar-se para o norte do limite mais norte da luz vermelha.

A luz do pharol está elevada 82 pés acima do nível do preamar, a parte branca da sua luz será visível em tempo claro na distancia de 13 milhas, e a vermelha a 10 milhas.

O edificio do pharol é circular, de 45 pés de altura, e pintado de branco. Achase situado na latitude 51° 28' 35" N., e na longitude O. de Greenwich 9° 42' 39".

Na ponta mais saliente de leste dos rochedos de Alderman será collocada uma baliza de signal, da qual se dará posteriormente noticia.

(Os rumos são magneticos.—A variação 26° 1/2 NO., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 15 de dezembro de 1859.

(N.º 67)

ESCOZIA, COSTA OCCIDENTAL, SOUND OF ISLAY— ALTERAÇÃO DE PHAROL EM RUDHA MHAHL

Os commissarios dos pharoes do norte participaram que em referencia ao aviso aos navegantes n.º 82, datado de 8 de dezembro de 1858, tiveram logar as seguintes alterações no pharol de Rudha Mhahl, na estrada do norte do Sound of Islay, pelas quaes fica agora occultada aquella porção de luz vermelha que até agora se via da direcção de Oransay, e bem assim sobre esta ilha pelo lado do mar.

O actual pharol, o qual é de luz fixa, apresenta esta de cor vermelha, desde NE. 4 1/2 N., até ao N. 1/2 NO., ou na direcção de Colonsay; porém não será vista tal luz vermelha para o mar d'esta ilha, por ficar por esta interceptada em razão da sua altura. Ella é occultada desde o N. 1/2 NO. até N. 4 3/4 NO., ou na direcção de Oransay; e mostrará luz branca, como anteriormente, desde o N. 4 3/4 NO., rondando pelo oeste até o NE. 4 1/2 N., excepto onde a terra a encobre.

Advertencia.—Os maritimos são novamente avisados de que, quando a luz branca for vista em qualquer direcção do lado do oeste, deve ser considerada como uma luz de prevenção, e que não é destinada a auxiliar a tentativa de passar entre Islay e Oransay, mas sim para indicar a posição do navio, e servir-lhe de marca para se não amarrar. A luz vermelha, a qual se observa do lado de Colonsay, indica aos navios a sua aproximação d'esta ilha, quando navegam na parte do norte de Sound of Islay. A luz branca, quando vista em qualquer direcção do lado de leste, serve para indicar o caminho para o Sound.

(Os rumos são magneticos.—A variação 26° 3/4 NO., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 16 de dezembro de 1859.

(N.º 68)

MEDITERRANEO, COSTA DE HESPAHIA—PHAROL FIXO EM CALELLA

O ministro da marinha em Madrid participou que, a contar de 15 de dezembro de 1859, será illuminado o pharol ultimamente construido no monte de Torreta, na provincia de Barcellona, na costa meridional de Hespanha.

A luz do pharol é fixa e branca, variando por um clarão de dois em dois minutos. Está elevada 166 pés acima do nível médio do mar, e será visível em tempo regular na distancia de 18 milhas.

O aparelho illuminatorio é dioptrico ou por lentes de terceira ordem. O edificio do pharol é cylindrico, pintado de branco, e eleva-se 13 pés acima das casas proximas dos pharoleiros. Está situado proximaente 1 milha a oeste da villa de Calella, e 57 jardas do mar. A sua posição é na latitude 41° 36' 40" N., e 2° 39' 38" longitude E. de Greenwich.

ILHA BUDA—EMBOCADURA DO RIO EBRO

Igualmente se annuncia que, por observações modernamente feitas, se conhece que a ponta de este da ilha Buda, na embocadura do rio Ebro, provincia de Barcelona, tem avançado consideravelmente (diz-se que 4 milhas) para leste do que vem indicado na carta hespanhola do anno de 1833. Da ponta de leste demora o castello de Coll de Balaguer ao N. 13° NE., torre de Merla ao N. 10° NO., Vendrell N. 54° NE., e o lado do sul da serra de Monsia.

(Os rumos são magneticos.—A variação 18° NO., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 16 de dezembro de 1859.

(N.º 69)

ATLANTICO DO NORTE, BAHIA DE FUNDY—PHAROL FIXO NA ILHA DE GRINDSTONE

O almirantado foi informado de que foi illuminado o pharol recentemente construido na ponta de oeste da ilha Grindstone, na praia de New-Brunswick, no topo da bahia de Fundy.

A luz do pharol é fixa e branca, situada na elevação de 60 pés, acima do nível do preamar, e é visível em tempo claro na distancia de 12 milhas. A differença do preamar ao baixamar, em marés vivas, é de 48 pés.

A torre do pharol é octogonal e pintada de branco. Achase na latitude norte 45° 43' 13", e na longitude oeste de Greenwich 64° 37' 25", e o pharol do cabo Enrage demora ao SO. 4 1/2 O., na distancia de 10 milhas. A casa do pharoleiro achase cerca de 50 pés mais para este do pharol, e é também pintada de branco. A posição actual designada é segundo as indicações do capitão Shortland da marinha real; porém a longitude differa cousa de 10 milhas da posição da ilha de Grindstone, segundo vem marcada nas cartas do almirantado.

(Os rumos são magneticos.—A variação 19° 1/2 NO., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 16 de dezembro de 1859.

(N.º 70)

KATTEGAT, COSTA DE JUTLANDIA, SIGNAES FEITOS NA TORRE DO PHAROL DE SKAW, INDICANDO HAVER GELO FLUTUANTE NO KATTEGAT

A repartição da marinha real dinamarquesa participou que, neste e nos futuros invernos, em substituição ao signal que até ao presente, quando havia gelo no Kattegat, se usava fazer por meio de uma bandeira branca e azul, no antigo pharol de Skagen ou Skaw, os signaes de haver no Kattegat gelo flutuante não de ser feitos em Ving-Skaergaard, e na entrada do Sund, mediante um systema de signaes no novo pharol de Skaw, e isto desde que, e até que se julgue que o gelo por sua extensão e quantidade possa obstruir a navegação d'aquellas paragens.

Os signaes serão feitos por quatro palhetas brancas, projectadas sobre uma base branca, assente no lado do corpo do pharol, inferiormente á cúpula, e voltada para o lado de Skagen ou Skaw, conforme vae indicado.

As palhetas serão projectadas sobre uma base branca, assente no lado do corpo do pharol, inferiormente á cúpula, e voltada para o lado de Skagen ou Skaw, conforme vae indicado.

A luz do pharol está elevada 82 pés acima do nível do preamar, a parte branca da sua luz será visível em tempo claro na distancia de 13 milhas, e a vermelha a 10 milhas.

O edificio do pharol é circular, de 45 pés de altura, e pintado de branco. Achase situado na latitude 51° 28' 35" N., e na longitude O. de Greenwich 9° 42' 39".

Na ponta mais saliente de leste dos rochedos de Alderman será collocada uma baliza de signal, da qual se dará posteriormente noticia.

(Os rumos são magneticos.—A variação 26° 1/2 NO., em 1859.)

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 15 de dezembro de 1859.

(N.º 67)

ESCOZIA, COSTA OCCIDENTAL, SOUND OF ISLAY— ALTERAÇÃO DE PHAROL EM RUDHA MHAHL

Os commissarios dos pharoes do norte participaram que em referencia ao aviso aos navegantes n.º 82, datado de 8 de dezembro de 1858, tiveram logar as seguintes alterações no pharol de Rudha Mhahl, na estrada do norte do Sound of Islay, pelas quaes fica agora occultada aquella porção de luz vermelha que até agora se via da direcção de Oransay, e bem assim sobre esta ilha pelo lado do mar.

O actual pharol, o qual é de luz fixa, apresenta esta de cor vermelha, desde NE. 4 1/2 N., até ao N. 1/2 NO., ou na direcção de Colonsay; porém não será vista tal luz vermelha para o mar d'esta ilha, por ficar por esta interceptada em razão da sua altura. Ella é occultada desde o N. 1/2 NO. até N. 4 3/4 NO., ou na direcção de Oransay; e mostrará luz branca, como anteriormente, desde o N. 4 3/4 NO., rondando pelo oeste até o NE. 4 1/2 N., excepto onde a terra a encobre.

Advertencia.—Os maritimos são novamente avisados de que, quando a luz branca for vista em qualquer direcção do lado do oeste, deve ser considerada como uma luz de prevenção, e que não é destinada a auxiliar a tentativa de passar entre Islay e Oransay, mas sim para indicar a posição do navio, e servir-lhe de marca para se não amarrar. A luz vermelha, a qual se observa do lado de Colonsay, indica aos navios a sua aproximação d'esta ilha, quando navegam na parte do norte de Sound of Islay. A luz branca, quando vista em qualquer direcção do lado de leste, serve para indicar o caminho para o Sound.

N.º 40

Gelo em Frederikshaven e no canal de Laeso.

N.º 11

Gelo no canal de Laeso e na entrada do Sund.

N.º 12

Gelo em Ving-Skaergaard, na entrada do Sund e em Frederikshaven.

N.º 13

Gelo em Ving-Skaergaard, em Frederikshaven e no canal de Laeso.

N.º 14

Gelo em Ving-Skaergaard, na entrada do Sund e no canal de Laeso.

N.º 15

Gelo na entrada do Sund, em Frederikshaven e no canal de Laeso.

Para o futuro não se farão no pharol de Hanstolm signaes de gelo no Kattegat.

Se por outras razões que não fossem o gelo o navio pharol do canal de Laeso mudar de posição, icar-se-ha no velho pharol de Skaw um balão vermelho, como até ao presente, e isto em quanto o navio pharol não retomar a sua posição. Este signal será repetido na torre do pharol de Hirstholm.

O haver gelo no grande Belta, e na bahia de Aarhus, será para o futuro indicado por uma bandeira branca com uma tira azul perpendicular, içada no pau de bandeira do pharol de Forness; e para indicar gelo na parte do norte da entrada do grande Belta, e na passagem de oeste da ilha de Hielm, icar-se-ha uma semelhante bandeira no pau de bandeira do pharol de Hielm.

Por ordem dos lords do almirantado—*John Washington*, hydrographo.—Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 19 de dezembro de 1859.

O chefe do estado maior da marinha, *Soares Franco*.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 3.....	Entrada, nacionaes.....	20	—	—	127	13	—	—	20	12
	Existencia.....	1:128	21	1:207	40	1:715	51	1:321	12	478
5.....	Entrada, nacionaes.....	167	5	44	—	142	30	—	—	2
	Existencia.....	1:198	31	1:213	4	1:748	2	1:321	12	478
6.....	Entrada, nacionaes.....	53	4	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia.....	1:034	35	1:203	56	1:720	2	1:315	12	478
7.....	Entrada, nacionaes.....	63	45	7	18	8	24	—	—	4
	Existencia.....	964	25	1:211	14	1:574	18	1:265	12	482
Preços.....		650 a 820		360 a 420		370 a 500		410 a 460		—

Repartição de agricultura, em 9 de março de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares*.

SECÇÃO DO CONTENTOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 972—recurso, a camara municipal do concelho de Santarem—recurso, o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado, pela secção do contentoso administrativo, sobre o recurso da camara municipal de Santarem, pedindo a revogação do accordo do respectivo conselho de districto de 14 de janeiro de 1859;

Mostra-se que, tendo o recorrente proposto uma postura municipal para regular a criação e pastagem do gado caprino, o conselho de districto no sobreredito accordo lhe negou a sua approvação, por entender que a postura vigente, publicada em 27 de outubro de 1853, regula o mesmo objecto de um modo mais conforme com a justiça e com a utilidade publica;

Mostra-se que, interposto o presente recurso, seguiu o processo os termos legais, e sendo ouvida a recorrente nas suas allegações, o conselho recorrido e a final o ministerio publico;

O que tudo visto e ponderado:

Considerando que das decisões tomadas pelos conselhos de districto, como corpos deliberantes, na conformidade do artigo 278.º do codigo administrativo, não compete recurso para o conselho d'estado;

Considerando que o accordo, de que se recorre, contém uma decisão comprehendida na jurisdição tutelar, concedida aos conselhos de districto nos numeros 5.º e 6.º do referido artigo;

Considerando que n'esta decisão não interveio excessos de poder, infracção de lei, ou violação de algum direito positivamente consignado, que dessem accidentalmente a este negocio um caracter contentoso;

Hei por bem, conformando-me com a sobredda consulta, rejeitar como incompetente o referido recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de dezembro de 1859.—*REI*.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*.

Está conforme.—*Antonio de Roboredo*.

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 8 de fevereiro de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentoso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 23 de fevereiro, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 6 do dito mez, do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentoso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento de 1859, n.º 155.º, em que é recorrente José da Costa Carvalho, da freguezia de Pombal, concelho de Arganil, districto de Coimbra:

Hei por bem dar provimento ao dito recurso, por ser applicavel ao recorrente a disposição do artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, e por se não ter observado o que determina o artigo 12.º da mesma lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 6 de fevereiro de 1860.—*REI*.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*.

Está conforme.—*Antonio de Roboredo*.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 25 de fevereiro de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DO COMMERIO E INDUSTRIA
Repartição do commercio e industria
1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

ATLANTICO—ESTADOS UNIDOS

PHAROL DE LUZ FIXA NO BANCO DA ILHA CRANEY

Pela repartição dos pharoes dos Estados Unidos se avisou, que desde 15 de novembro de 1859 inclusive seria acceso um pharol no edificio ultimamente construido no banco da ilha Craney, a 100 pés aproximadamente de distancia do pharol flutuante, collocado no lado occidental da entrada do rio Elisabeth, perto de Norfolk, na costa da Virginia, e que este seria removido na mesma data.

O pharol tem uma luz branca fixa a 52 pés de elevação acima do nível médio do mar; poderá descobri-se, em tempo ordinario, a 12 milhas aproximadamente de distancia.

O aparelho de illuminação é uma lente de fresnel da 5.ª ordem.

O edificio do pharol é de madeira de forma quadrada, tendo um observatorio e a lanterna no centro. Assenta n'uma columna de ferro, n'um plano octogonal; está 21 1/2 pés acima do preamar das marés ordinarias, e é pintado de vermelho. Os lados do edificio e o observatorio por baixo da lanterna são pintados de branco, e o tecto cor de ardósia.

Em tempo coberto, tocar-se-ha alternadamente no pharol um sino e uma trombeta.

INTERUPÇÃO DE PHAROS

Também se communicou, que desde 1 de dezembro de 1859 inclusive seriam interrompidos, o pharol de chamma de Holmes Hole, situado á entrada do porto de Holmes Hole, no lado do norte da ilha de Martha Vineyard, costa de Massachusetts, e o pharol de Longwharf, no porto de New Haven, costa de Connecticut.

Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 9 de dezembro de 1859.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 12 de março de 1860.—*João Palma de Faria Lucinda*.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1903, nos Estados Unidos.											
		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 3.....	Entrada, nacionaes.....	20	—	—	—	127	13	—	—	20	12
	Existencia.....	1:128	21	1:207	40	1:715	51	1:321	12	478	4
" 5.....	Entrada, nacionaes.....	167	5	44	—	142	30	—	—	2	—
	Existencia.....	1:198	31	1:213	4	1:748	2	1:321	12	478	4
" 6.....	Entrada, nacionaes.....	53	4	—	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia.....	1:034	35	1:203	56	1:720	2	1:315	12	478	4
" 7.....	Entrada, nacionaes.....	63	45	7	18	8	24	—	—	4	30
	Existencia.....	964	25	1:211	14	1:574	18	1:265	12	482	4
Preços.....		650 a 820		360 a 420		370 a 500		410 a 460		—	

na alfândega do Porto, por occasião do despacho de 65 pares de tamancos ou sócos, pertencentes a Antonio Maria de Sousa Fontes;

Visto o parecer dos verificadores, e do director interino da dita alfândega;

Vista a allegação do despachante;

Vistas e examinadas as amostras que acompanharam o referido processo;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que os tamancos foram sempre reputados madeira em obra, como é expresso na pauta de 1837, e que os que têm vindo á alfândega grande de Lisboa assim se têm despachado, por isso que a maior perfeição com que estes são feitos não muda a sua natureza e applicação;

Considerando que muito convem que a classificação dos diversos artigos, que se apresentam a despachar, se faça pela mesma maneira em todas as alfândegas, e pague iguaes direitos;

Resolve:

Artigo unico. Os 65 pares de tamancos, apresentados a despachar na alfândega do Porto por Antonio Maria de Sousa Fontes, estão comprehendidos no artigo 397.º da classe 11.ª da pauta, para pagarem o direito de 40 por cento *ad valorem*; de ven do ter-se em vista o que determina o artigo 17.º dos preliminares da pauta.

Esta resolução foi adoptada em sessão da commissão das pautas de 10 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher, relator—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—Francisco José da Costa Lobo—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu.

Está conforme.—*Mathews Gregorio Rodrigues da Costa.*

RESOLUÇÃO N.º 190

A commissão das pautas:

Visto o processo da contestação occorrida na alfândega grande de Lisboa sobre a classificação de umas seringas de pistão, do dr. Egnisier, apresentadas a despachar por João Gomes Ferreira Junior;

Visto o parecer do conselheiro director da mesma alfândega, que se conforma com a opinião da maioria dos verificadores reunidos em conferencia;

Vista a amostra que acompanhou o referido processo, e a allegação do despachante;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que os exemplos allegados pelo despachante não podem autorisar a sua ampliação a objectos que não estão no mesmo caso;

Considerando que as seringas ou bombas de pistão, apresentadas a despachar, sobre conterem materias sujeitas a diferentes direitos, não podem considerar-se, pela sua applicação, machinas eapparehos industriaes, como se pretende;

Resolve:

Artigo unico. As seringas ou bombas de pistão, pertencentes a João Gomes Ferreira Junior, que fazem o objecto d'esta contestação, estão comprehendidas no artigo 922.º da pauta, para pagarem 150 réis por arratel.

Esta resolução foi adoptada em sessão da commissão das pautas de 12 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro, relator—José Alexandre Rodrigues.

Está conforme.—*Mathews Gregorio Rodrigues da Costa.*

RESOLUÇÃO N.º 191

A commissão das pautas:

Visto o processo de contestação que teve lugar na alfândega da Horta, sobre a classificação de 100 retalhos de tecidos de algodão, apresentados a despachar por Salomão Ben Sabat;

Visto o parecer do director, e dos verificadores da mesma alfândega;

Vista a amostra que acompanhou o referido processo;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que o tecido que faz o objecto d'esta contestação, ainda que com pequeno preparo possa reduzir-se a fazenda de pello, não se acha com tudo n'esse estado para lhe poder ser applicado o direito da batella;

Considerando que a fazenda apresentada a despachar, com quanto muito inferior na sua qualidade, é de algodão em crú, tecido sarjado, e está comprehendida na pauta com as sarjas singellas e sem preparo, proprias para estamparia;

Resolve:

Artigo unico. Os retalhos de sarja crua de algodão, apresentados a despachar na alfândega da Horta por Salomão Ben Sabat, estão comprehendidos no artigo 61.º da pauta, para pagarem o direito de 110 réis por arratel.

Esta resolução foi adoptada em sessão da commissão das pautas de 12 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões, relator—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—José Alexandre Rodrigues.

Está conforme.—*Mathews Gregorio Rodrigues da Costa.*

INSPECÇÃO GERAL DOS THEATROS

EDITAL

O conde do Farrobo, Joaquim Pedro Quintella do Farrobo, segundo barão de Quintella, do conselho de Sua Magestade, grão cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vicosa, commendador da ordem de Christo, morgado do Farrobo, alcaide-mór da Sortelha, e donatário da villa do Prestino, par do reino, vice-presidente do conservatorio real de Lisboa, e inspector geral dos theatros, etc.

Faço saber que pelo ministerio dos negocios do reino baixou a esta repartição a seguinte

PORTARIA

Ministerio do reino—Direcção geral de instrucção publica—1.ª repartição.—Sua Magestade El-Rei, tendo em vista o preceito do artigo 2.º § 4.º do decreto regulamento de 22 de dezembro de 1853, ha por bem ordenar, que o inspector geral dos theatros abra concurso, por espaço de quinze dias, para a adjudicação da empresa do real theatro de S. Carlos, pelas tres proximas epochas de 1860 a 1861, de 1861 a 1862, de 1862 a 1863, em conformidade com as condições constantes do programma que baixa assignado pelo conselheiro director geral da direcção de instrucção publica n'este ministerio.

O mesmo augusto senhor determina, que o referido programma seja publicado no *Diario de Lisboa*, devendo o inspector geral dos theatros, findo que seja o prazo do concurso, enviar a este ministerio todas as propostas, que houver recebido, e dar o seu parecer sobre cada uma d'ellas. O que assim se lhe participa pela secretaria d'estado dos negocios do reino, para sua intelligencia e devida execução.

Pago das Necessidades, em 10 de março de 1860.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Portanto dou por aberto, por tempo de quinze dias, a contar do dia 14 e a finalizar no dia 29 inclusive do corrente mez de março, nos termos da citada portaria e respectivas condições abaixo trans-

criptas, o concurso para a adjudicação da empresa do real theatro de S. Carlos em Lisboa, pelas epochas theatricas de 1860-1861, 1861-1862, 1862-1863. Os concorrentes deverão apresentar, durante o referido prazo, as suas propostas na secretaria da inspecção geral dos theatros. E para constar se fez o presente edital que será publicado no *Diario de Lisboa*.

Inspeção geral dos theatros, em 13 de março de 1860.—*Conde do Farrobo.*

Programa para a adjudicação da empresa do real theatro de S. Carlos de Lisboa, nas epochas de 1860-1861, 1861-1862 e 1862-1863

CONDIÇÕES

1.ª A empresa do real theatro de S. Carlos será adjudicada pelas tres epochas de 1860 a 1861, 1861 a 1862 e 1862 a 1863.

2.ª A primeira epocha começará, pelo que respecta aos espectaculos, no dia 29 de outubro de 1860; a segunda no dia 29 de outubro de 1861; e a terceira no dia 29 de outubro de 1862.

3.ª A empresa dará oitenta representações ordinarias em cada uma das epochas referidas, e nelas gosará do augmento dos preços dos camarotes e plateas, autorisado por portaria de 10 de outubro de 1859.

4.ª A empresa obrigará-se ha a dar operas italianas, tendo para esse fim a seguinte companhia de canto:

Dois primeiros tenores;
Um primeiro barytono e um primeiro baixo profundo;

Uma primeira dama *in genere*;
Uma segunda dama;
Dois segundos tenores;
Um segundo barytono e um segundo baixo;

Quarenta coristas de ambos os sexos;

5.ª Como parte complementar dos espectaculos, terá a empresa um corpo de baile composto das seguintes figuras:

Um primeiro bailarino, compositor;
Uma primeira bailarina;
Uma bailarina comprimaria;
Quatro segundas primeiras bailarinas;
Quatro segundas bailarinas;

Seis coripeas;

Seis figurantes.

6.ª Em identidade de circumstancias serão preferidos para as companhias de canto e baile, e para a orchestra e banda de musica militar, os alumnos do conservatorio real de Lisboa que estiverem devidamente habilitados. A orchestra e banda militar serão pelo menos conservadas no estado em que se acham actualmente.

7.ª Os espectaculos serão apresentados com o rigor de caracter e magnificencia que exigirem, tanto em scenario como em vestuario.

8.ª As representações ordinarias serão nos domingos, quartas e sextas-feiras, dias sanctificados e de grande gala, salvo o tempo de quaresma, em que se observará, a este respeito, a pratica estabelecida. Os beneficios terão lugar nas segundas-feiras.

9.ª É concedido á empresa o dar bailes de mascarar no carnaval.

10.ª Nos dias de gala serão reservados dois camarotes de 1.ª ordem e duas frisas, para serem alugados de preferencia ao governo, para uso da corte e do corpo diplomatico.

11.ª É concedido á empresa o usufructo do edificio do theatro, a empresa porém não poderá alterar a ordem nem a classificação das suas officinas, sem autorisação superior.

12.ª Ser-lhe-ha tambem concedido o usufructo da guarda roupa sem pagamento de aluguer, e sem juro algum sobre o valor constante do inventario da mesma guarda roupa.

13.ª A guarda roupa, scenario, adereços, musica, moveis, machinas, utensilios e outros quaesquer objectos pertencentes ao theatro, serão entregues á empresa por inventario. As despesas d'este inventario serão feitas pelo governo. A empresa procederá a novo inventario logo que finde a sua gerencia, e por elle fará entrega de todos os objectos recebidos. As despesas d'este segundo inventario serão feitas por conta da empresa.

14.ª Se o valor resultante do segundo inventario de que trata a condição antecedente for, no acto da restituição ao governo, menor do que o valor recebido pela empresa n'esses objectos, a empresa preferirá a differença em dinheiro, ou em objectos de utilidade publica para o theatro, competentemente avaliados por arbitros, cuja nomeação seja feita em conformidade da condição 21.ª

15.ª É absolutamente prohibido á empresa retirar, ou deixar sair do edificio, sem licença da autoridade superior, objecto algum pertencente ao theatro.

16.ª A empresa não poderá alugar, ou emprestar o theatro, e as suas salas, sem licença da autoridade superior.

17.ª A illuminação de todo o edificio do theatro não será inferior á que actualmente existe n'elle.

18.ª A empresa fica sujeita a todas as disposições que no decreto de 22 de setembro de 1853, se referem á administração e inspecção superior, e policia dos theatros; ás obrigações impostas pela portaria de 17 do mesmo anno e mez; e ao cumprimento da portaria de 18 de dezembro de 1855.

19.ª O subsidio que for legalmente concedido á empresa ser-lhe-ha pago em moeda corrente, dividido em prestações mensaes correspondentes a cada um dos mezes das referidas tres epochas, por meio de folhas processadas na inspecção geral dos theatros.

Estas prestações só lhe serão entregues em vista de documentos pelos quaes prove haver pago aos artistas e empregados do theatro, o vencimento a que elles tiverem direito, no mez a que pertencer a respectiva prestação.

20.ª Como penhor da execução das condições do contrato, depositará a empresa no banco de Portugal á ordem do governo 15:000\$000 réis em dinheiro, ou em inscrições, que, pelo valor do mercado na epocha em que se proceder ao mesmo deposito, correspondam em metal á quantia acima indicada.

21.ª No caso de fallencia ou ensolvencia da empresa, ou interrupção dos espectaculos, por sua culpa, assim como no caso de faltar ella ao exacto cumprimento de qualquer das obrigações a que fica sujeita pelo contrato, poderá o governo desde logo dar por findo e rescindido o mesmo contrato, sem que para esse fim seja necessario recorrer aos meios judiciais, devendo ser decididas por arbitros nomeados pela inspecção geral dos theatros, e pela empresa, todas as questões que resultarem da referida rescisão.

22.ª As condições d'este contrato são iguaes para todos os concorrentes; a licitação versará unicamente sobre o *quantum* da subvenção.

23.ª As propostas deverão ser remetidas á inspecção geral dos theatros, em carta fechada, sendo abertas no dia seguinte áquelle em que finda o prazo do concurso, em presença dos concorrentes, ou seus bastantes procuradores.

24.ª A adjudicação da empresa será provisoriamente feita, ficando dependente o contrato definitivo, de ser approvado pelas cortes o subsidio que for pedido.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 10 de março de 1860.—*José Maria de Abreu.*

Está conforme. Secretaria da inspecção geral dos theatros, em 13 de março de 1860.—*Carlos da Cunha e Menezes.*

SETIMA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão, em consequencia das ordens recebidas pelo ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 23 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto da referida divisão, e as forragens para os cavallos dos regimentos de cavallaria desde o 1.º de abril até 30 de junho do presente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diario do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações consignadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão militar, em consequencia das ordens recebidas pelo ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pretendem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para os cavallos dos corpos de cavalleria, existentes na mesma divisão, a comparecerem na secretaria d'este quartel general no dia 24 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para entrarem em licitação; na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no regulamento para a organização da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principialem o fornecimento tanto para os potros, como para os cavallos velhos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general em Estremoz, 9 de março de 1860.—*Conde do Bonfim, José*, chefe do estado maior da 7.ª divisão militar.

GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA

As pessoas, a quem convier a arrematação das rações de verde para os cavallos praças da dita guarda, são convidadas a comparecer no quartel geral ao Carmo, no dia 24 do corrente mez, pelas onze horas do dia.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DO PORTO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio do Porto, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DO PORTO						
De posta interna.....	705	2.241	18	—	—	—
Do reino e ilhas.....	42.408	11.705	735	418	2.460	185
De Hespanha.....	—	—	1.906	1.044	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	878	1.114	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	1	3	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	676	80	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1.195	1.160	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	6	10	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	4.479	292	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	91.061	118.404	2.963	2.841	2.509	132
Para Hespanha.....	—	—	6.448	834	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	872	517	8	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	3.283	1.161	1.000	1.224	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	4.676	241	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	36	—	868	80	—	—
Para ditos, por vapores.....	2	—	75	8	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	143.008	134.269	21.256	9.048	4.969	317
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	121.000	99.375	29.465	8.211	4.352	324

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 18 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franquadas com o selo de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de selo existem por expedir as 8 cartas para alem dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as do Porto, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio do Porto, em 1 de março de 1860.—O administrador, *Manuel Joaquim Lobo.*

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 13 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS SANTOS

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 74 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Rojão, de que o sr. Julio do Carvalho não pôde comparecer á sessão de hoje por incommodo de saude.—*Inteirada.*

2.ª Do sr. F. C. do Amaral, de que não compareceu á sessão de 12 do corrente por incommodo de saude.—*Inteirada.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando a acta e os mais documentos relativos á eleição de deputados, que teve lugar na assembléa primaria da villa do Porto (ilha de Santa Maria); não tendo podido os portadores da acta, por falta de communicação, ser presentes na assembléa de apuramento de votos do 2.º circulo de Ponta Delgada.—*A commissão de poderes.*

2.º Do ministerio da fazenda, acompanhando 160 exemplares das contas de despeza d'este ministerio do anno economico de 1857 a 1858, e igual numero do anno de 1858 a 1859.—*Mandam-se distribuir.*

3.º Do mesmo ministerio, enviando a nota pedida pelo sr. Azevedo Pinto, dos direitos de transito e ancoragem dos cereaes e mais generos hespanhos, vindos pelo rio Douro nos annos de 1841 a 1859.—*Para a secretaria.*

4.º Do ministerio das obras publicas, participando, em resposta a um requerimento do sr. Teixeira de Sampaio, que os projectos para a construção de uma doca em S. Miguel foram remetidos para consultar ao conselho de obras publicas; e serão enviados á camara, logo que sejam devolvidos a este ministerio.—*Para a secretaria.*

5.º Do mesmo ministerio, acompanhando 8 consultas originaes das sociedades agricolas do reino, que foram pedidas pelo sr. Aboim.—*Para a secretaria.*

6.º Uma representação da camara municipal do Alandral, pedindo que o caminho de ferro das Vendas Novas seja por S. Thiago do Escorial dirigido a Évora e Beja.—*A commissão de obras publicas.*

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

Quartel geral no Carmo, 13 de março de 1860.—*José Joaquim da Silva*, capitão quartel mestre, secretario do conselho administrativo.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que no dia 19 do corrente ha de dar de arrematação em hasta publica a obra nova e concertos das ferramentas para as calçadas e obras da mesma camara: as pessoas a quem convier fazer o dito fornecimento podem comparecer nos paços do concelho no referido dia, pela uma hora da tarde, onde acharão presentes as condições, e será adjudicada a arrematação a quem por menor preço o fizer, e se assim convier á vereação.

Camara, 13 de março de 1860.—O escrivão da camara, *Nuno de Sá Pamplona.*

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—*Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado no dia 18 de fevereiro a arrematação dos objectos de drogaria necessarios para consumo do arsenal da marinha, de novo ha de contratar em hasta publica o conselho de administração de marinha, na sala das suas sessões, no dia 16 do corrente, pelo meio dia, o fornecimento dos sobreditos artigos, pelo tempo que se convencionar.

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica o fornecimento de pão e bolaxa necessarios, pelo tempo que se convencionar, para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 13 de março de 1860.—*Antonio Joaquim de Castro Gonçalves*, secretario.

representação da camara municipal do concelho da Lourinhã, pedindo que se votem os meios necessarios para se fazer a estrada d'este concelho a Torres Vedras, e acrescenta que a representação d'esta municipalidade é de toda a justiça, porque sendo aquelle concelho essencialmente industrial até ao presente não tem recebido beneficio algum na sua viação.

O sr. *Dias de Azevedo*—ha dias chamou a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o deploravel estado do caminho de ferro do sul: eram duas as circumstancias que apontou, uma que dizia respeito ao caminho do Barreiro ás Vendas Novas, e outra relativa ao ramal do Pinhal Novo a Setúbal.

N'essa occasião disse, que sendo a companhia obrigada a fazer o caminho de ferro até Setúbal, estava construindo a sua estação de embarcadouro e desembarcadouro, não em Setúbal, mas nas suas proximidades, entre 350 a 500 metros de distancia, n'um sitio onde, confluindo as aguas, se torna intransitavel de inverno, causando grande prejuizo não só aos habitantes de Setúbal, mas tambem a todos os viandantes; hoje confirma tudo quanto disse então, e declara mais que presentemente se está já tratando de fazer a estação, com grave prejuizo publico, e contra aquillo a que a companhia se obrigou.

Pede, pois, a s. ex.ª que tenha em toda consideração, não só os interesses d'aquella povoação, e de todos os viandantes que transitam aquelle caminho, mas tambem as obrigações a que a companhia se comprometteu, para que não sejam illudidos.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa)—a companhia do caminho de ferro do sul está construindo a sua estação junto ás primeiras casas de Setúbal.

O illustre deputado pondera a vantagem da estação ser estabelecida em outro ponto; no entretanto, a companhia satisfaz ao seu compromisso, construindo a estação conforme o traçado que lhe foi approvado. Se o inconveniente, que o illustre deputado nota, é o estar o caminho distante da villa, distancia que não excede a 300 metros, e em más condições, por ser mau o caminho da estação para a villa, é uma cousa facil de remediar; e se a camara municipal de Setúbal o não quizer fazer, o governo poderá fazê-lo sem sair das suas attribuições.

O sr. *Gavicho*—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o mau estado da agricultura do Douro, e sobre a protecção que lhe pede a favor d'aquelles lavradores.

Não precisa encanar a camara, dizendo qual é a importancia d'esta lavoura, não sendo exagerada a cifra de 300.000-000\$000 réis que esta cultura tem dado a Portugal, nem exagerada a de 20.000-000\$ réis que ella tem dado ao estado. Estes lavradores, outrora tão ricos, hoje quasi que estendem a mão mirrada a pedir uma esmola, porque, alem das despesas do grangeio que é necessario fazerem para obter os seus productos, é mister hoje mais uma, que é o enxoframento.

A camara municipal de Cabeceiras de Basto manifesta o recio de que a estrada de Guimarães a Trás os Montes por Cavez possa ser prejudicada por alguma outra; e com quanto lhe pareçam fundadas semelhantes recios, visto achar-se já contratada a construção d'esta estrada, e não ser de supor, nem que o governo queira modificar o contrato, excluindo-a da tabella annexa a elle, nem que o parlamento deixe de aprovar o mesmo contrato, neste ponto; espera com tudo que para desenvolver essas apprehensões, o illustre ministro declare francamente as suas tenções a tal respeito.

A camara municipal de Cabeceiras de Basto faz ainda outro pedido, que lhe parece igualmente justo, e é, que aquella estrada, em vez de dirigir-se de Cavez a Chaves, como está traçada na alludida tabella, se encaminhe a Villa Pouca de Aguiar, e d'alli a Mirandella; pois d'esta forma, cortando em Villa Pouca a estrada de Villa Real a Chaves, e tocando depois em Mirandella, abrangendo todo o commercio da provincia de Trás os Montes, ao passo que seguindo aquella directriz, apenas liga o centro da provincia do Minho com o norte da de Trás os Montes.

Está convencido de que o governo pôde facilmente obter do concessionario esta alteração, aliás importante para o paiz, e então espera que n'isso se empenhe.

Manda tambem para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Vieira, pedindo se mande estudar e construir o mais brevemente possível a estrada de Braga a Chaves.

Este pedido é em verdade justissimo, porque a provincia do Minho deve ligar-se com a de Trás os Montes por tres lados, pelo sul, centro e norte. Pelo sul já está com a estrada do Porto a Villa Real; pelo centro vai-se com a estrada de Guimarães a Cavez e Villa Pouca, e pelo norte o seria com aquella de Braga a Chaves, que depois deverá prolongar-se até Bragança.

A estrada de Braga a Chaves é do maior alcance commercial, pois não só communica um com os outros estes tres grandes focos de população e industria, Braga, Chaves e Bragança, mas tambem liga entre si e com esses tres grandes centros as povoações intermediarias, atravessando pelo coração os concelhos da Povoa de Lanhoso, Vieira, Monte Alegre, Boticaes e outros, fertilissimos em cereaes e gado muido e graúdo, especialmente bovino, que é um elemento poderosissimo de riqueza agricola, e ao qual, como é bem sabido, a agricultura ingleza deve em grande parte o alto grau de prosperidade em que se acha.

Mas a estrada de Braga a Chaves, já está decretada pela lei de 22 de julho de 1850, e por isso só lhe resta pedir com a camara municipal de Vieira ao nobre ministro das obras publicas, que mande estudar o seu traçado (quando estudado ainda não estiver) e que seja executado quanto antes.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o sr. deputado pretende, em primeiro lugar, que o governo não posponha a estrada, que vem no contrato, que apresentou a camara, de Guimarães a Chaves por Cavez, a outra alguma estrada. O governo, tomando a iniciativa n'este objecto, não alterou ainda esta proposta, nem tencio altera-la, e por isso, o pedido do sr. deputado deve ser mais á camara do que ao governo, porque a camara é que tem de approvare ou não essa proposta.

Quer tambem o sr. deputado que a estrada do Cavez passe por Villa Pouca e Mirandella; assegura ao sr. deputado que o traçado que foi mandado estudar passa por Villa Pouca.

Quer o sr. deputado, que alem d'isto, se faça outra estrada de Braga a Mirandella. Sem duvida, não só esta mas muitas outras estradas igualmente importantes estão ainda por fazer; mas não se podem construir todas a um tempo. O governo, na proposta que apresentou á camara attende já a um grande numero d'ellas, e pede para isso importantes sommas. Se esta proposta passar, para o futuro o governo irá apresentando outras, e pedindo meios para novas construcções. De prompto, nem ha meios para occorrer a todas, nem engenheiros para proceder a todos os estudos necessários, nem mesmo operarios no paiz que cheguem para esses trabalhos.

O sr. *Afonso*:—apresentou ha tempo uma proposta, que foi remetida á commissão de administração publica, e pede que seja convidada a dita commissão a apresentar o seu parecer.

O sr. *Moraes Carvalho*, *Palmeirim*, *Albino* e *Hermenegildo Blanc* mandam para a mesa requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo, dos quaes se dará conta na sessão seguinte.

O sr. *J. M. da Costa e Silva*:—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre a construção do ramal que deve ligar a estrada de Celorico ao Alva, com Gouveia e Cea, visto não poder a mesma estrada passar por dentro d'aquellas povoações. Os engenheiros tinham ordem de traçar a estrada pelo centro ou o mais proximo d'aquellas villas, mas quando as obras chegaram ás alturas de Gouveia descreveram uma grande curva. O sr. ministro, informado da inconveniencia que devia resultar daquellas povoações de simultanea alteração no traçado, mandou proceder a indagações; não sabe ainda qual foi o resultado d'ellas; mas é certo que a directriz não se aproximou mais d'aquellas villas, e prometteram-se fazer ramais que as ligassem com a estrada. Julga ser a causa que impediu a passagem da estrada por dentro d'aquellas villas, a maior despeza que era necessário fazer, mas sendo assim admira-se de que os mesmos engenheiros fossem depois traçar a continuação da estrada por dentro da villa de Fornos de Algodros, onde a despeza deve ser maior em attenção ao terreno. Graças ao sistema de empreitadas, a estrada tem continuado e está quasi prompta a receber o empedrado. Gouveia e das terras mais importantes do districto da Guarda pelas muitas fabricas de lanifícios que possui, e por isso pede ao sr. ministro que declare, se está disposto a mandar fazer o ramal, ou se ha obstáculos que se oppoem a isso.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—quando se traça uma estrada, attende-se a duas ordens de considerações; technicas em relação á facilidade da construção, e economicas em relação á vantagem que tiram os povos por onde a estrada deve passar. O que o sr. deputado diz é exacto: mandou-se que o traçado da estrada que vai de Celorico ao Alva passasse o mais proximo possível de Gouveia, como sempre se ordena que as estradas passem o mais proximo das povoações. Verificou-se porém que a estrada por Gouveia trazia uma grande despeza, e quando as estradas não passam pelas povoações importantes, mas por pontos proximos, traçam-se ramais que conduzem a essas povoações; é o que se ha de fazer para a Covilhã, que é tambem uma villa importante, mas não havendo remedio senão fazer passar a estrada a 500 metros da villa, tem de se traçar um ramal que a ponha em communicação com ella. O mesmo se dá com relação a Gouveia, e pôde estar certo o sr. deputado, que apenas se forem aproximando as obras ao ponto onde deve ser feito o ramal, se ha de proceder á sua construção.

O sr. *Presidente*:—são duas horas, passa-se á

ORDEN DO DIA

DISCUSSÃO DO PARER DO COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES SOBRE AS ELEIÇÕES DE PONTA DELGADA

É o seguinte:

Senhores:—A commissão de verificação de poderes foram presentes as actas e mais papeis que

formam o processo da eleição para deputados, relativos aos quatro circulos eleitoraes em que está dividido o districto de Ponta Delgada, e nos quaes, havendo-se reunido as respectivas assembleias electoras no dia 5 de fevereiro ultimo, que para esse fim fora marcado pelo governador civil, se verificou o apuramento no dia 12 do mesmo mez.

A commissão, tendo procedido ao exame minucioso de todo o processo, vem hoje expor-vos o resultado do seu trabalho.

CIRCULO N.º 162.—1.º DE PONTA DELGADA

Este circulo foi dividido em tres assembleas, de S. Pedro, Capellas e Lagoa. Entraram na urna em todo o circulo 622 listas, a que corresponde a maioria absoluta de 312, obtendo 595 votos, e por tanto saindo eleito deputado, o visconde de Portocarrero. A eleição verificou-se com toda a regularidade, e por isso é a commissão de parecer que a mesma eleição deve ser approvada.

CIRCULO N.º 163.—2.º DE PONTA DELGADA

Dividiu-se este circulo em quatro assembleas, de S. José, Ginetes, S. Sebastião e Nossa Senhora da Assumpção da villa do Porto (ilha de Santa Maria). Nas tres primeiras assembleas entraram na urna 606 listas, e não tendo apparecido na assemblea do apuramento nem as actas da assemblea da villa do Porto, nem os respectivos portadores, por falta de navio, como refere a respectiva acta, procedendo-se ao apuramento, nos termos do artigo 88.º do decreto de 30 de setembro de 1852, resultou que, havendo obtido 590 votos o cidadão Pedro Jacome Correia, e por tanto não só a maioria absoluta, mas pouco menos da totalidade, ficou eleito e foi proclamado deputado. Não é a primeira vez que igual falta obsta a que a eleição da ilha de Santa Maria chegue a Ponta Delgada antes do dia do apuramento geral; assim aconteceu na eleição de 1856, como se vê do respectivo parecer (pertence ao n.º 1) approvado em sessão de 14 de janeiro de 1857.

Em tudo o mais a eleição correu regularmente; por isso é a commissão de parecer que esta eleição seja approvada.

CIRCULO N.º 164.—RIBEIRA GRANDE

N'este circulo houve quatro assembleas, Matriz, Ribeira Secca, Rabo de Peixe e Maia. Entraram na urna 1.082 listas, e foi eleito o dr. Francisco Manuel Raposo Biundo Correia com 1.070 votos. A eleição não offerece duvida alguma, pelo que a commissão é de parecer que seja approvada. A commissão é outrossim de parecer que o dr. Francisco Manuel Raposo Biundo Correia seja proclamado deputado da nação, por isso que, confrontando o respectivo diploma com os papeis da eleição, não só o achou conforme, mas verificada a habilitação legal do eleito.

CIRCULO N.º 165.—VILLA FRANCA DO CAMPO

Houve n'este circulo tres assembleas, de villa Franca, Povoação e villa de Nordeste. Entraram na urna 1.033 listas, a que corresponde de maioria absoluta 517. Saff eleito com 601 votos o dr. Theonito Claudino da Silveira Moniz, obtendo 428 o desembargador Bernardo Coelho do Amaral. A eleição correu com toda a regularidade; apenas na assemblea da villa de Nordeste appareceu na urna mais uma lista do que as notas de descarga no recenseamento. A commissão é de parecer que esta irregularidade não tem significação ou importancia, e que por isso a eleição deve ser approvada.

Sala da commissão, 3 de março de 1860.—*José Marcellino de Sá Vargas*—*Justino Antonio de Freitas*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Antonio Augusto Correia de Lucena*—*Antonio Rodrigues Sampaio*.

É approvado sem discussão.

O sr. *Presidente*:—em virtude da approvação do parecer, proclama deputado o sr. dr. Francisco Manuel Raposo Biundo Correia, que apresentou o seu diploma, e foi approvado.

Passa-se á discussão na generalidade do projecto de lei n.º 12 sobre cereaes.

É o seguinte:

Senhores.—A commissão de agricultura, examinando com a devida attenção a proposta de lei n.º 3, relativa á autorisação pedida pelo governo para a admissão de cereaes estrangeiros que foren necessários para supprir as faltas da colheita nacional, até ao mez proximo de junho, vem hoje apresentar-vos o seu parecer.

A commissão, em vista dos esclarecimentos que lhe foram presentes, convenceu-se de que a colheita do anno anterior não é sufficiente para satisfazer as exigencias do consumo; e por isso foi unanime em reconhecer a necessidade da livre admissão de cereaes estrangeiros pelos portos secos e molhados do reino.

Porém como as exigencias do consumo são diversas no paiz, com relação a cada uma das especies de cereaes, e como a colheita das diferentes especies não foi igualmente deficiente; a commissão entendeu, visto que por agora se não trata mais do que prover ás faltas da ultima colheita, que a admissão se não fizesse extensiva ás farinhas, cevada e milho, cuja produção foi abundante, e não inferior ás necessidades dos consumidores, calculando-se que existe até um excedente que pôde sair para mercados estrangeiros.

A commissão meditou se conviria restringir o praso da autorisação que pede o governo, ou se melhor se garantiriam os interesses da lavoura limitando a quantidade do cereal, cuja introdução se deveria permitir; mas a final resolveu que se não adoptasse nenhum d'estes expedientes, concedendo ao governo a autorisação nos termos em que elle a pede.

E resolveu assim, porque das autorisações precedentes, concedidas, em termos analogos e em diferentes epochas a diversas administrações, ninguém abusou, admitindo mais cereal do que o necessário para as subsistencias publicas.

A commissão absten-se de referir outras considerações, que omite, por não demorar o andamento de um negocio da maior urgencia e gravidade, e mesmo porque as poderá apresentar na discussão, quando a isso a convidem.

Em vista do que fica exposto a commissão conclue, offerecendo ao vosso illustrado exame a proposta do governo convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a permitir a livre entrada do trigo e centeo, em grão, pelos portos secos e molhados do reino, até ao dia 30 de junho do corrente anno, tendo ouvido previamente o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas e os governadores civis dos districtos.

§ 1.º Os cereaes importados livremente em virtude d'esta lei, ficam sujeitos aos mesmos direitos de consumo que pagarem os generos similares nacionaes.

§ 2.º Depois do termino do praso da livre admissão, que houver de ser decretado em virtude d'esta lei para qualquer das especies de cereaes mencionadas no artigo 1.º, serão estes ainda livremente admitidos, quando se provar que saíram directamente dos portos da sua precedencia para os do reino, com a anticipação necessaria para chegarem dentro do mencionado praso, no caso de uma viagem regular. O governo decidirá sobre a applicação da disposição d'este §, ouvido o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso

que tiver feito da autorisação concedida pela presente lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da commissão, 5 de março de 1860.—*Rodrigo de Moraes Soares*, presidente (com declarações)—*Julio do Carvalho Sousa Telles*—*Luiz Teixeira Sampaio Junior*—*D. José Manuel de Menezes de Alarcão*—*João Rodrigues da Cunha Aragão*—*Mascarenhas*—*Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos*—*Visconde de Pindella*, secretario—*Antonio Vaz da Fonseca e Mello*, relator particular.

O sr. *Dias de Azevedo*:—desejando que propostas taes como estas, que são um expediente, viessem rodeadas de todas as circunstancias e esclarecimentos necessários para se poder votar com conhecimento de causa, observa que a proposta apresentada pelo sr. ministro é tão vaga que não pôde ser aceita.

Quatro circunstancias deveriam ser consideradas: 1.º, a necessidade absoluta da importação; 2.º, a qualidade dos generos aimportar; 3.º, a quantidade; 4.º, o quando.

Demonstrando a necessidade, e determinada a qualidade pela commissão, que n'esta parte remediu no seu projecto a falta, que se dava na proposta primitiva, referindo-se sómente ao trigo e ao centeo, resta marcar o *quantum* e o *quando*.

Pelo que respeita ao *quantum* tem ouvido dizer que ha em deposito trigo que chega para tres a quatro mezes, e só pelos dados estatísticos se pôde avaliar.

No que toca ao *quando* é necessário attender-se ao resultado da colheita, e ter em vista que os cereaes estrangeiros de Hespanha, da Grecia e da Russia occidental, que são sempre mais temporários do que os nossos, não venham arruinar a nossa agricultura; e por isso parece-lhe que a introdução não deverá permittir-se alem de 31 de maio.

Não podendo pois dar o seu voto, nem ao projecto do governo, nem ao da commissão, manda para a mesa a seguinte

SUBSTITUIÇÃO AO PROJECTO N.º 12

Art. 1.º São admittidos a concurso o trigo e centeo estrangeiros que por autorisação do governo se acham depositados nas alfandegas de Lisboa e Porto.

Art. 2.º Os cereaes assim admittidos são em tudo iguaes aos nacionaes.

Art. 3.º O governo quinze dias depois da promulgação d'esta lei, dará impreterivelmente conta ás cortes da quantidade de cada um d'estes generos, que em virtude d'esta lei for admittida e naturalizada.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das cortes, 11 de março de 1860.—*Antonio Dias de Azevedo*.

É admittida. E fica em discussão conjuntamente.

O sr. *Thiago Horta*:—observa que se está discutindo a generalidade do projecto, e só na especialidade podem ser admittidas emendas ou alterações.

O sr. *Presidente*:—declara que admittia esta proposta por ser uma substituição ao projecto.

O sr. *Vaz da Fonseca*:—como o illustre deputado, admitindo a introdução dos cereaes, approva para assim dizer a generalidade do projecto; reserva-se para responder aos seus argumentos, quando se tratar da especialidade.

O sr. *Calça e Pina*:—com quanto a commissão tivesse feito uma restrição á proposta do governo, pelo que respeita ás especies, admitindo simplesmente a entrada do trigo e do centeo, entende todavia que o projecto não pôde passar como está, porque não limita a quantidade que é absolutamente necessário limitar.

Esta necessidade é tanto maior que, tendo os nossos lavradores desde 1856 tido muito mais colheitas, a ponto de difficilmente poderem pagar as rendas das propriedades e de terem de pedir aos senhores uma moratoria, que lhes é concedida nos termos de pagamento o preço, que o genero tinha na data do vencimento, ou tanto de genero que correspondia no preço do mercado ao preço de então, se o lavrador tiver este anno uma vasta sêra, como se espera e o preço baratear, vê-se em grandes embarços, e o que podia ser uma felicidade é uma infelicidade; e tanto mais que no anno passado não houve trigo nem azeite, e que a muita abundancia de boleta, que é hoje fructo de grande importancia, especialmente para o Alentejo, foi causa de grandes perdas porque, tendo-se metido nos montados grande quantidade de gado suino, foi este vendido depois de cevado pelo preço por que fora comprado em magro.

Se é com effeito necessário obstar á fome, tambem deve haver em vista o não se dar lugar á estagnação, porque é sabido que logo que o genero desce, o lavrador tem grande difficuldade em encontrar operarios para os trabalhos ruraes, ao passo que, se o genero conserva um bom preço, tambem o paiz é beneficiado, porque o lavrador, depois de acudir ás suas primeiras necessidades, gasta tudo o mais em melhoramentos da terra.

Alem d'isto não lhe parece que as circunstancias aconselhem a livre entrada dos cereaes, porque nem sabe que haja indicios de escassez, nem que os povos hajam dirigido representações no sentido de que ella seja permittida, por terem recio de se ver a braços com a fome.

O sr. *Dias de Azevedo* já disse o que havia a respeito da materia, e não quer repetir as suas palavras; e estando nas idéas d'este illustre deputado, vota pela substituição que o mesmo illustre deputado apresentou.

S. ex.º propoz que se limite a uma certa quantidade o genero admittido a entrada, e que esta quantidade seja o deposito que existe nas alfandegas de Lisboa e Porto, porque lhe consta que este deposito é, na cifra apresentada pelo sr. *Dias de Azevedo*, de 20.000 e tantos moios, o que suppe sufficiente para occorrer ás necessidades que se possam dar d'aqui até que se façam as colheitas, e se acaso as colheitas faltarem, porque, com quanto sejam muito promettedoras, não é comtudo certo que hajam de ser boas, então se providenciaria em termos.

Parece-lhe, pois, que o parecer da commissão, nem quanto á sua redacção, nem quanto ao seu fim, nem em quanto ás razões em que se funda, merece a approvação da camara, e por isso, toma como sua a substituição do sr. *Dias de Azevedo*, e vota por ella.

O sr. *Vaz da Fonseca*:—a commissão, quando lavrou o seu parecer, teve em consideração não só os interesses dos lavradores, mas os interesses dos consumidores, e o interesse do commercio.

O sr. deputado convem na necessidade da introdução do genero, e não impugnando o projecto n'esta parte, nada tem a dizer a este respeito.

Fallará pois da substituição a que se referiu o illustre deputado, e dará as razões que a commissão teve para não marcar a quantidade. Era indispensavel, para se poder marcar esta quantidade, que houvesse dados estatísticos que mostrassem qual seria a falta que podia haver no mercado, mas a verdade é que estes dados ainda não existem entre nós, apesar das diligencias que o governo tem feito para que os haja: estes dados ainda não existem, porque os nossos estudos n'esta parte estão muito atrasados.

A commissão portanto vendo que, se acaso se determinasse uma certa quantidade de cereaes que se julgasse necessaria para estes quatro mezes, pode-

ria haver uma grande falta, e esta falta não se pôde providenciar com a pressa que fosse necessaria, entendeu por isso ser mais conveniente não marcar quantidade alguma na autorisação.

O praso marcado pela commissão não se pôde dizer que é longo: não se pôde fazer uma idéa exacta de que tal será a proxima colheita, se não em junho, porque até então podem-se dar muitas eventualidades que façam mudar completamente o aspecto de abundancia que a proxima colheita apresenta.

Sendo este o estado das cousas, parece-lhe que não ha razão para impugnar o projecto que a commissão apresenta: é melhor votar a autorisação ao governo como a commissão a propõe, do que dar lugar a que o paiz possa ficar sujeito a soffrer uma crise alimenticia, ou um dia de fome.

Diz-se que ha 20.000 moios de trigo em deposito; mas estes 20.000 moios seriam apenas suficientes para Lisboa, mas não chegavam de modo nenhum para abastecer os mercados das provincias, e de muitos pontos das provincias ha já reclamações de camaras e das autoridades a este respeito.

Parece-lhe por conseguinte que o projecto deve ser approvado, e rejeitada a substituição do sr. *Dias de Azevedo*.

O sr. *Antonio Feio*:—depois que o parecer foi impugnado pelos srs. *Dias de Azevedo* e *Calça e Pina* pouco tem a acrescentar.

O sr. *Dias de Azevedo* disse que um dos motivos por que impugnava o projecto, é porque se admittia a introdução de cereaes estrangeiros por mais tempo do que entendia ser necessario, e era até junho; concorda com esta doutrina, e como vê que essa introdução não só pôde ter lugar até junho, mas ir muito mais alem, porque n'um paragraho do mesmo projecto se diz, que depois de terminado o praso da livre admissão, serão ainda livremente admittidos os cereaes quando se provar que saíram directamente para aqui dos portos da sua precedencia, dentro do praso estabelecido na lei; com muita mais razão vota contra o projecto.

E como se ha de provar que um navio saiu dentro d'esse praso? Mas prove-se ou não prove, o que é certo é que pelo projecto da commissão se admittem os cereaes ainda muito depois do dia 30 de junho, e se os illustres deputados os srs. *Dias de Azevedo* e *Calça e Pina* não podem approvar o projecto quando admittem a livre introdução até 30 de junho, com muito mais força de razão o não podem admittir, quando essa introdução vai alem d'esse praso.

Permitta-lhe a camara que chame a sua attenção sobre a protecção que se deve á agricultura, que é inquestionavelmente a nossa primeira industria, e tanto a principal que só um ramo d'ella introduz (quando o ha) no nosso paiz mais dinheiro que todas as outras industrias: falla do vinho; e então isto deve ser motivo para chamar a attenção da camara, a fim de ver com quanta madureza deve andar n'um objecto que pôde prejudicar uma industria tão importante entre nós.

Sabe tambem que algumas camaras do Minho têm representado para que não seja admittido o milho, e effectivamente não é admittido; mas tambem quando o trigo superabunde, lá vai incommodar os lavradores do Minho.

Não lhe parece que possa ter força alguma o argumento do sr. *Vaz*, quando diz que não quer sujeitar por cousa alguma o paiz a soffrer um dia de fome. Tambem o não quer sujeitar a isso; mas entende que se pôde fazer um calculo. D'aqui até á nova colheita temes tres mezes; supponha-se que não temos cá nem um bago de trigo, e que para o consumo é necessário mandar vir 20.000 moios, pois mandam-se vir, esse quizerem mandem-se vir 30.000; mas limite-se a quantidade. Parece-lhe que com esta medida não pôde haver medo de um dia de fome, de que não quer nem uma hora, e podemos fixar o *quantum* que deve ser importado no paiz.

Diz-se que esta lei não é permanente, que não prejudica a cultura. Não a prejudica permanentemente, mas vem a prejudica-la durante o anno, porque admittir trigos por julho adiante, segundo se vê do parecer da commissão, e então vem a prejudicar a lavoura, e isto mesmo reconhece a commissão no relatorio do parecer.

A commissão diz que os governos não têm abusado até agora d'estas autorisações. Mas isto não é rasão, porque d'aqui não se segue que se não abusará. Tem completa certeza de que o actual ministro não ha de abusar, se permanecer no ministerio, mas pôde vir outro que abuse, e quer prevenir uma calamidade.

Por estas razões não pôde votar pelo parecer da commissão, e toma como sua a substituição offerecida pelo sr. *Dias de Azevedo*.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—não tem tomado a palavra ha mais tempo, porque vê que o parecer não é impugnado na sua generalidade; ninguém recusa dar a autorisação; a duvida é sobre ser mais ou menos ampla. Portanto, se nenhum dos illustres deputados que tem a palavra impugnar a generalidade do projecto, não tomará a palavra em quanto não se entrar na especialidade.

O sr. *Moraes Soares*:—principando por explicar a razão por que assignou com declarações, diz que ellas são um protesto solemne que faz, em nome dos mais valiosos interesses do paiz, contra estas leis provisórias e de expediente (*apoiados*). É preciso que a agricultura, o interesse mais elevado e grandioso do paiz, esteja sujeita a outras leis que não sejam as que possa fazer hoje um parlamento e desfaça outro amanhã; é preciso que sejam as leis geraes do mercado; estas é que hão de salvar a nossa agricultura, porque são leis da Providencia, não estão sujeitas ás alterações que lhes podem imprimir os partidos nem as facções.

Referindo-se á falta de esclarecimentos notada, pelo sr. *Dias de Azevedo*, para se votar esta lei, diz que o governo em 17 de dezembro decretou um deposito de cereaes; esta medida está justificada, porque no Terreiro, que é o principal mercado do reino, ha só 1.200 moios de trigo, por consequencia ha necessidade de cereaes estrangeiros (*apoiados*).

Diz-se que não se sabem todas as necessidades do consumo. Ninguém as pôde saber; nunca se poderá determinar nem qual é o consumo, nem qual é a colheita. Diz-se que não ha documentos. Ha; o que é preciso é examina-los. Pois não ha um mappa de todos os cereaes despachados para consumo na alfandega municipal? Pôde-se dizer que este documento não exprime toda a verdade (*apoiado*), e assim é, porque se faz contrabando, o que se prova mesmo pelo mappa; mas ha um certo consumo, accusado pelo proprio mappa, que anda por 4.000 moios mensaes dentro das barreiras, e fóra d'ellas anda por 5 a 6.000 moios tambem mensaes, o que somma 10.000 moios por mez, que se despacham na alfandega municipal. Ora, estando hoje depositados no Terreiro 1.200 moios, para quantos dias haverá pão? Está pois justificada a medida do deposito, e a razão da apresentação da lei que se discute.

Mas quanto se ha de admittir? Responde: quem ha de calcular o que se ha de consumir? Não podemos marcar uma quantidade de trigo para cada cidadão portuguez. Se o fizessemos e nos enganássemos, que inconvenientes não resultariam? Isso podia trazer a carestia, e a carestia é tambem fome para muita gente. Está em Lisboa o pão a 820 réis. Não será isto já um preço de fome para muitas pessoas? Não fará isto correr muitas lagrimas a muitas familias?

Falla-se nos interesses da agricultura. A maior parte dos nossos agricultores não são produtores de cereaes. Os produtores de vinhos não o são de cereaes. Os interesses da agricultura são muito variados, os pequenos produtores é que avultam no nosso paiz, os grandes são muito poucos. Ha por essas provincias alguns grandes lavradores que são ao mesmo tempo agiotas; esses é que têm os cereaes encadeados; os pequenos produtores hão de ir comprar-lhos para a sua subsistencia e para a sua sementeira. Por isso, quando se falla em interesses da agricultura, é preciso não os ir ligar aos interesses de meia duzia de familias. E dizem, vamos marcar a quantidade; hão de ser só tantos mil moios; não ha de ser mais. Pois querem ir dar o monopolio dos cereaes, das subsistencias publicas, o pão do povo, a esses poucos individuos? Estas cousas são muito serias, devemos encara-las por todos os lados.

Diz-se: entrem os 20.000 moios, entre só o que está no deposito. Como havia de preparar-se o commercio para fazer novas encomendas? Era impossivel. E podia vir a fome. Lembrava um facto acontecido em França. No anno de 1817, que foi n'aquelle paiz um anno de fome, procedeu-se a um recrutamento, e sendo a idade para os recrutados tambem só uma, não houve manobras de vinte annos para preencher o contingente, quando nos outros annos sobravam. Foi esta uma das consequências d'aquella calamidade. E note-se que se conheceu então, que a falta de trigo para a França toda, era apenas para quatro dias; e apesar d'isso todos conhecem as consequências que se seguiram.

Disse o sr. *Feio* que a admissão não era só até 30 de junho, que já muito mais a diante. Esta ampliação de praso concede-se em toda a parte, por um caso de força maior, que é inherente á natureza das cousas, para aquellos navios que não poderam chegar no praso marcado, e que apresentavam por documentos a prova exigida na lei, de que se destinavam para os nossos portos antes de findo o praso, e esses documentos são o passaporte, a carta de freteamento, as facturas, etc. que não se podem improvisar, nem uma barga de cereaes merece a pena de se trazer por contrabando.

Diz-se que os salarios augmentam quando o preço do genero diminui. Não é occasião de tratar da theoria dos salarios; mas é uma doutrina corrente, que os elementos componentes do preço dos salarios, são a procura e a oferta de braços e o preço das subsistencias; nem podia ser de outro modo.

Diz-se que no nosso paiz acontece que o operario agricola, quando tem o pão barato, trabalha só dois dias na semana. Não é tanto assim. Poderá deixar de trabalhar um dia, mas ha de trabalhar nos outros. Applique-se ao caso o calculo que se fez para o custo do cereal, e ver-se-ha que a asserção é exagerada.

O sr. *Dias de Azevedo*:—é verdade que não combateu o projecto na sua generalidade, concordou completamente na necessidade da admissão de cereaes, porque as circunstancias mostram que não temos os suficientes; mas é verdade tambem que combateu os outros pontos essenciaes do parecer e da proposta do sr. ministro, porque entende que elles podem prejudicar os nossos interesses agricolas.

O sr. presidente da commissão acaba de fazer um calculo que não pôde ser exacto. Diz s. ex.º que o consumo em Lisboa é de 4.000 moios e nos arrabaldes é de 5 a 6.000; por este calculo o consumo nos arrabaldes é maior que dentro da cidade. O que d'aqui se collige é que a população dos arrabaldes excede a da cidade, o que não é exacto, e realmente admira-se de que tal proposição se avancasse.

S. ex.º diz que no Terreiro existem 1.200 moios. Terreiro publico é cousa que não existe (*apoiados*). Infelizmente morrem, succumbem sob as exigencias das industrias fabril e commercial. Isso que se chama Terreiro, que é a alfandega municipal, está hoje de tal maneira, que, em chegando a Lisboa trezentos moios de trigo, no dia seguinte diminui até o preço d'este genero. Por consequencia não se pôde calcular sobre os cereaes que lá existem.

Diz-se que ha recio de fome, e por isso se apresentou este projecto. Como assim? Se as informações, sob que elle foi elaborado, são de agosto, quando ainda não estavam feitas as colheitas, e não se sabia que quantidade havia de cereaes?

Hoje não ha deposito nacional de cereaes. O commercio de cereaes, que n'outro tempo era feito em Lisboa por meio de commissarios, que compravam milhares de moios, e que forneciam dinheiro por baixo preço aos lavradores, é feito pelos moleiros, que vêem comprar 10, 12 moios de trigo fiados, o levam outra porção de moios. Hoje não ha verdadeiramente mercado de cereaes em Lisboa.

Nos mappas que se publicam dá-se a entrada dos cereaes na alfandega municipal; mas não se pôde conhecer por elles os que saíram; por consequencia não é possível conhecer com exactidão os que existem.

Em dezembro o sr. ministro das obras publicas, com a autorisa

«E as sociedades agrícolas.—Monteiro Castello Branco.»

É admitido e fica conjuntamente em discussão com o projecto.

O sr. Vaz da Fonseca—declara que a commissão accêta este additamento.

O sr. Infante Pessanha—manda para a mesa a seguinte emenda:

«E o governo autorisado a permitir a entrada de 20.000 moios de trigo e de 20.000 moios de centeio pelos portos secos ou molhados do reino até ao dia 30 de julho do corrente anno.—Infante Pessanha—Calça e Pina.»

Continuando diz, que em outras occasiões em que tem sido pedidas ignaves autorizações, tem-na votado para se attender ás necessidades publicas; tambem agora quer dar autorisacão ao governo para admitir os cereaes estrangeiros, mas com tanto que essa admissao seja limitada ao que se julgar preciso para attender ás necessidades do consumo em Portugal d'aqui até á nova colheita, que está proxima, e apresenta a perspectiva de ser abundantissima; e se se admitir a entrada illimitada de cereaes estrangeiros até ao tempo que marca o projecto, a importação poderá ser em tão grande escala que exceda ás necessidades do consumo até ás novas colheitas, podendo isso dar lugar a que quando estas tiverem chegado os produtores vejam os seus generos estagnados, ou tenham de os vender por tão baixo preço que lhes traga graves prejuizos que virão agravar os que já têm soffrido, e prejudicando-se assim altamente a nossa agricultura. Para evitar estes inconvenientes é que apresenta a sua emenda, e n'isto não só obedece á voz da sua consciencia, mas cumpre um religioso dever, porque pertencendo e sendo representante de uma provincia toda agricola, seria indigno da confiança dos seus constituintes, a quem deve as mais altas provas de confiança, se não levantasse um brado contra uma medida que passando, como é proposta no projecto, pôde prejudicar a nossa agricultura.

A emenda é admitida, e fica tambem em discussão.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello) (sobre a ordem)—em consequencia do estado gravemente doente em que se acha o general Ferrer, ministro da marinha, foi Sua Magestade El-Rei servido ordenar, que elle, orador, se encarregasse interinamente dos negocios da repartição da marinha.

Fôra á mesa verificar se já tinha vindo esta communicação á camera, feita pela presidencia do conselho de ministros, e vendo que ainda não tinha chegado, com quanto o respectivo decreto já esteja publicado no *Diário de Lisboa*, entende o seu dever fazer pessoalmente esta communicação á camera, antes que se encerrasse a sessão de hoje, por ser isso do costume, e assim o pedirem as conveniencias do systema representativo.

O sr. Affonseca—manda para a mesa uma emenda ao artigo 1.º, tambem assignada pelo sr. Gomes de Castro, a qual sustentará se acaso for impugnada.

A emenda é a seguinte:

«E o governo autorisado a permitir a livre entrada dos cereaes em grão ou farinha (o mais como está no artigo).—Affonseca—Gomes de Castro.»

É admitida, e fica tambem em discussão.

O sr. Dias de Azevedo—offerece como substituição, ou emenda ao artigo 1.º do projecto, o 1.º artigo da sua substituição.

É admitida e fica igualmente em discussão.

O sr. Calça e Pina—tendo assignado a emenda offerecida pelo sr. Infante Pessanha, declara agora que retira d'ahi a sua assignatura, porque se conforma com a substituição offerecida ao artigo 1.º pelo sr. Dias de Azevedo.

O orador comecava a apresentar algumas reflexões acerca da especialidade do artigo; mas como dêsse a hora, pediu e ficou com a palavra reservada para a sessão de amanhã.

O sr. Presidente—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da que vinha para hoje, e levanta a sessão.—Eram 4 horas da tarde.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 10 do corrente. Não se receberam jornaes francezes.

Em consequencia do grande temporal que reinava no Estreito, continuavam ainda interrompidas, no dia 9 do corrente, as operações da esquadra hespanhola contra os portos marroquinos. No acampamento de Tetuão tambem não occorreu acontecimento algum notavel até essa data.

Alem dos despachos que contém estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Londres, 9 de março.—Diz o *Times* que, apesar dos protestos da Inglaterra, a França, na questão da Saboya, procederá como melhor lhe convier; e acrescenta que «não é honroso para uma grande nação como a Inglaterra fallar tanto e fazer tão pouco.»

O jornal citado crê que a França se preoccupa mui pouco dos elogios ou das censuras da Gran-Bretanha, na parte relativa á Saboya; e manifesta a opinião de que se a França avançar até ao Rhodano, ficarão lesados os interesses allemães e não os inglezes; «portanto, conclue o *Times*, a Inglaterra procederá com pouco acerto se provocasse, por causa da Saboya, uma guerra na qual perderia um numero de soldados muito superior ao dos habitantes da Saboya.»

No naufragio do *Hungarian* morreram alem da tripulação setenta passageiros. Não se salvou uma só pessoa.

Paris, 8.—Diz-se que se recebeu outra nota de Carour, mais conciliadora com respeito á Romania, e não desfavoravel em relação á Saboya.

Segundo diz a *Agence Reuter* de Londres, o imperador Napoleão convidará as grandes potencias para que se reunam em conferencia, a fim de expor os motivos que influem para que a França reclame a annexação da Saboya, sob a reserva da approvação dos habitantes d'essa provincia, e com a salvaguarda dos interesses da confederacão helvetica. Não se receberam hoje jornaes inglezes; esta falta é attribuida ao mau estado do estreito.

Paris, 9.—Segundo affirmam alguns jornaes, os ulemas de Constantinopla protestaram, perante o imperador turco, contra a tomada de Tetuão pelos hespanhoes, e encontraram apoio.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Londres, 10 de março.—Lord John Russell disse, nas camaras, que suppe que as grandes potencias partilhavam a opinião da Inglaterra, na parte relativa á annexação de Niza e Saboya á França. Todavia o ministro inglez acrescentou, que ainda não tinha recebido resposta alguma ás communicações do governo de sua magestade britannica sobre este assumpto.

A mensagem, na qual S. M. a rainha é felicitada pelo tratado de commercio com a França, foi tomada em consideração.

Turim, 10.—Em consequencia da circular do conde de Cavour, os governadores de Saboya e Niza vão convidar as populações a emitirem os seus votos.

Londres, 10.—Sir Kinglelake retirou a sua emenda.

da depois das explicações dadas por lord John Russell e por lord Palmerston.

FRANÇA

O *Constitutionnel* dá noticia da proxima partida de mr. Emile Gaudin, ministro plenipotenciario, enviado como primeiro commissario do governo francez, para deliberar juntamente com os membros da commissão mixta que deve reunir-se em Milão.

Essa commissão compor-se-ha dos delegados dos tres governos de França, da Austria e da Sardenha, e tem por fim regular, especialmente debaixo do ponto de vista financeiro, e de accordo com o tratado de Zurich, as consequencias da separação da Lombardia e da provincia veneziana.

O segundo commissario francez é mr. Saladin, inspector geral das finanças, que está actualmente em Milão, encarregado de uma missão diplomatica. (La Patrie.)

PIEMONTE

A *Opinione* publica, em lingua franceza, a seguinte circular, que o conde de Cavour dirigiu aos encarregados de negocios sardos nas cortes de Paris, Londres, Berlin e S. Petersburgo, relativamente a um aviso do conde Bissingen, feito ás delegações austriacas da provincia veneziana:

«Milão, 20 de fevereiro.—Sr. ministro.—Chamo a vossa attenção para o documento que juntamente vos envio, e que acaba de ser publicado n'um jornal d'esta cidade. Ha algum tempo a Austria fez desmentir, pelos seus jornaes officiaes, a noticia de que fôra proclamado, na provincia veneziana, o estado de sitio. Ao mesmo tempo, o governo do rei foi accusado de provocar, por intervenção dos seus emissarios, a desordem nas povoações italianas que o tratado de Zurich deixara entregues ao dominio da Austria. O documento, que tenho a honra de vos transmitir, poderá informar o governo de... acerca das verdadeiras causas do profundo descontentamento, e da agitação continua, que reina na provincia veneziana.

«Por essa circular, dirigida ás delegações imperiaes e reaes austriacas da provincia veneziana, o conde Bissingen submete ao alistamento obrigatorio das companhias de disciplina, o que é um genero de castigo que nenhuma nação civilizada tem inscripto nos seus codigos, e que debalde se procura no codigo austriaco, castigo que equivale quasi ao de condemnar a trabalhos forçados todos os individuos que, pelos seus antecedentes, pelos seus sentimentos ou pela sua conducta, se julguem capazes de promoverem tentativas hostis contra o governo imperial austriaco.

«Pego-vos, senhor ministro, que faças notar ao governo de... 1.º, que a elasticidade d'estas expressões é tal, que quasi toda a população do sexo masculino da provincia veneziana pôde ser incluída n'esta categoria; 2.º, que a circular diz expressamente, que não serão tomadas em consideração as razões de saúde que possam oppor-se á applicação d'este genero de castigo; 3.º, que a medida de que se trata não é temporaria, como o é de sua natureza o proprio estado de sitio, e que nem por isso ella deixa de ter por effeito substituir, na provincia veneziana, a autoridade militar á jurisdicção dos tribunales ordinarios.

«Julgo ser conveniente que estas observações sejam apresentadas ao ministro dos negocios estrangeiros, a fim de que elle deduza as consequencias que necessariamente devem resultar d'esse estado de cousas na provincia veneziana. Aceitae, etc.—C. Cavour.

—É esperado em Turim o commendador Buoncompagni, que dirigiu uma carta ao governador da Emilia, na qual declara que as suas funções cessaram em consequencia de já se terem convocado os comicios. (El Dia.)

RUSSIA

N'uma correspondencia de S. Petersburgo, datada de 23 de fevereiro ultimo, lê-se o seguinte:

«O principe Bariatski partiu, a fim de ir novamente exercer em Tiflis as suas funções de logar tenente do imperador. A cidade de Moscow festejou com a maior solemnidade o vencedor de Schamyl. O exercito do Caucaso, que se compõe de 130.000 homens, não será diminuido, apesar das sua submissão, uma excellente base de operações para o exercito russo que, sendo necessario, deva manobrar contra a Turquia. O general Bariatski quiz, em pessoa, encarregar-se de pôr em execução as medidas que devem consolidar a dominacão russa no Caucaso; medidas estas que foram discutidas em S. Petersburgo, quando s. ex.ª ali esteve ultimamente. Suppõe-se que o general realisará a sua missão no curto prazo de dois mezes.

«É esperada a publicação de um *ukase* que resolverá definitivamente a questão do libertamento dos servos.

«Receberam-se ultimamente noticias de Yzkoustk. As embarcações que partiram para o rio Amor, com cargas de trigo e outros comestiveis, não chegaram ao seu destino, o que influia para que em Blagoweschetchensk os generos alimenticios fossem vendidos por preços fabulosos. (Messager du Midi.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	75,84	12,4	94,4
3 t.	75,40	13,6	56,2

DIA 12.

Maxima—temperatura.....	12,0 C.
Minima.....	8,0 »
Ozone (de noite).....	9,0 »
Chuva (udometro).....	2,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	5,1 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

CAIXA ECONOMICA DE LISBOA

Capital existente no 1.º de fevereiro de 1860...	39.436.700
De 51 depositantes durante o referido mez....	5.145.700
	44.582.400
(Comprehendem-se no numero dos depositantes 21 novos.)	
Entrega a 36 depositantes no dito mez.....	2.248.900
Existencia em 29 de fevereiro.....	42.333.500
Juros pagos no mez supra.....	71.510

Escripção do monte pio geral, em 7 de março de 1860.

—O secretario da direcção, João Alfredo Dias.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 13 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Madrid, vapor hespanhol, capitão C. Carricant, de Alicante em 6 dias, em lastro ao seu consul; 32 pessoas de tripulação. Destina-se para Vigo, e vem aqui receber carvão. É da força de 170 cavallos.

Oliveira, hiate portuguez, mestre A. Ribeiro, de S. Martinho em 6 dias, e de Peniche em 7 horas, com pedra do cal e lenha; 5 pessoas de tripulação. Destina-se para Vianna, e vem arribado por causa do tempo.

Adele, brigue sueco, capitão A. M. Petersen, de New-Castle em 13 dias, com carvão á companhia do gaz; 11 pessoas de tripulação.

Terceirense, patacho portuguez, capitão J. P. Dias, de Londres em 8 dias, com cevada, chá, e mais generos, a José de Brito; 10 pessoas de tripulação.

Visconde de Athogüia, vapor paquete, capitão M. G. Xavier, da ilha da Madeira em 72 horas, com encomendas a P. Olive & Comp.; 27 pessoas, 2 malhas, e 10 passageiros.

Magdalena, vapor portuguez, capitão R. Wolword, de Southampton em 3 dias e 20 horas, com varias fazendas a A. Van Zeller; 126 pessoas de tripulação, 17 malhas, e 92 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Modern Greece, vapor inglez, capitão J. Pahuar, para Londres com trigo, lã, e mais generos; 25 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: G. Angel, J. Augel, E. M. Losk, trabalhadores inglezes. Foi registado em 11 do corrente, e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço d'Arcos.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 13 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 13 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Fôra da barra fica o brigue inglez *Melina*. O mar está agitado.—O vento esteve NE. regular. N. forte, agora regular.

De Vianna do Castelo, do dia 12

Hontem e hoje não entrou nem saiu embarcação alguma.

Em Espozende, no dia 9, entrou o cahique *Nure*.

De Caminha, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Fôra da barra uma embarcação fundeada. Vento N.—Mar agitado.

Da Figueira, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Fôra da barra não se avista embarcação alguma. Mar picado.—Vento NO, fresco.

Da Ericeira, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma. O mar picado.—Tempo de aguaceiros.

De Setúbal, do dia 12

Entradas—Galea franceza *Benanger*, de Fecamp, em lastro.—Hiates portuguezes, *Nova Lembrança*, de Lisboa, com varios generos; *Christina*, de Villa Real de Santo Antonio, com pedra de cal e feijão.

Não saiu embarcação alguma. Vento NO. de aguaceiros, forte.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 12

Entradas—Brigue portuguez *Milleles*, de Gibraltar, em lastro.—Galeota belga, *D. Quichote*, do Ferrol, em 13 dias e de Gibraltar em 8, em lastro.—Escuna ingleza *John e Man*, de Lisboa, em lastro.

O mar está bom.—Vento NO. forte.

De Tavira, do dia 12

Entradas—Bote portuguez *Senhor Jesus do Calvario*, de Villa Real, em 1 dia, com palha.—Patacho inglez *Lizzie Lee*, de Lisboa em 8 dias, em lastro.—Falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, de Olhão em 1 dia, em lastro.

Saiu o hiate portuguez *Barão do Zezere*, para Gibraltar, com gado e varios generos.

O vento esteve SO. de aguaceiros, agora NO. de refregas.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 13 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 13 de março—3 por cento differido a 34,60.

Bolsa de Paris, 13 de março—3 por cento francez a 67,85—4 1/2 dito a 95,60.

Bolsa de Londres, 13 de março—Consolidados de 94 1/2 a 94 3/4.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr.—Participo a v. s.ª que a 10 do corrente mez, pela uma hora da noite, as torres de signal chamaram os socorros contra o incendio, que se tinha manifestado na loja n.º 181, da rua de S. José. O fogo tinha sido communicado á armazém da loja, não se podendo averiguar a maneira como. Os socorros appareceram com a desejada celeridade, e o incendio não progrediu, havendo apenas causado ligeiro prejuizo.

Dens guarde a v. s.ª Lisboa, 10 de março de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 17 do corrente, pelas 7 1/2 horas da noite, para se tratar de objectos que se acham pendentes de outras sessões, e designar o emprego dos fundos.

Lisboa e sala da associação, aos 12 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.º presidente são convocados todos os socios para a reunião da assembléa geral, que deverá ter logar no proximo domingo, 18 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se elegorem os cargos que faltam a ser preenchidos.

Sala das sessões, em 12 de março de 1860.—Francisco Rangel de Lima, 1.º secretario.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 15 do corrente, pelas oito horas da noite. Ordem do dia:

1.º, continuação da discussão da proposta do sr. F. J. dos Santos;

2.º, discussão da proposta do sr. Costa Pereira sobre pautas;

3.º continuação da discussão sobre o commercio de cereaes.

O secretario, J. A. Dias.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÁS CLASSES OPERARIAS

Publicou-se o n.º 32 do 4.º volume d'este jornal. Subscribe-se e vende-se em Lisboa, nas livrarias da viua Marques, rua Augusta n.º 2 e 3; João Paulo Martins Lavado, n.º 8; Baptista, calçada dos Paulistas n.º 23 e 24. Em Coimbra, na livraria da imprensa da universidade; no Porto, na livraria de Fonseca, rua das Hortas.—Preço em Lisboa de cada n.º pago á entrega 20 réis. Nas provincias (adiantado), tres mezes 300 réis.

EXPLICAÇÕES DE ARITHMETICA

THEORICA E PRATICA

PARA ENSINO POPULAR

POR MARCOS DALHUNTY

PROFESSOR DO REAL COLLEGIO MILITAR

Vende-se por 500 réis cada exemplar em brochura na loja de Lavado, e nas mais do costume.

O DOCTOR A DAGUERREOTYP

BERNARDINES CONTEMPORANEAS

POSTAS EM ROMA

E DEDICADAS ÁS VICTIMAS DO BACHARELADO POR AMBROSIO DA PASMAÇEIRA

Vende-se na rua Augusta n.º 15, 31, 50 e 231; na rua dos Capellistas n.º 87; rua do Ouro n.º 115; e calçada dos Paulistas n.º 75.—Preço 60 réis.

ANNUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO DA 1.ª VARA, escrivão Jacome, vae á praça, para ser arrematada, no dia 19 corrente, pelas onze horas, no tribunal da Boa Hora, uma propriedade, sita na rua direita de Marvill, freguezia dos Olivares, n.º 57 e 58, avaliada em 285.000 réis, rende 51.600 réis, isto pelo inventario dos fallecidos Prudenciana Angelina, e Paulo Jourdan.

2 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, cartorio do escrivão Martins, e a requerimento de José Maria da Silva Regio Junior, correu editos de trinta dias, citando todas as pessoas incertas que se considerem com direito ao casal fundado dos Arneiros, sito á frente da estrada que vae dos Arneiros ao Poço do Chão, freguezia de Benfica, que fôra á praça pela execução que João José de Sousa Leal promoveu pelo dito juizo e cartorio contra José Antonio Claro da Silva, e seus filhos, e que o annunciente arrematára pela quantia de 1.602.000 réis, como livre de fôro, que se acha consignada no deposito publico, e lançada em receita a fl. 162 do fl. 115 da 1.ª repartição, para que venham á dita execução deduzir esse direito no referido prazo de tempo, pena de lançamento e revelia, passando quaesquer encargos ou onus a que o mesmo casal estivesse sujeito para o preço da arrematação, julgando-se o referido casal livre e desembaraçado para elle arrematante.

3 NO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, escrivão Seita, correu editos de trinta dias, a requerimento de Maria Candida do Carmo Alfaro, chamando quem tenha a oppor-se a que averbe em seu nome duas inscripções da junta do credito publico, e do juro de 3 por cento, uma do capital de réis 500.000, do n.º 22.530, e outra de 100.000 réis, com o n.º 46.784, que lhe pertencem como unica herdeira de sua irmã Marianna Isabel da Conceição, que as houve por legado de D. Marianna Bernarda de Moura, e isto com pena de lançamento.

4 PELA 3.ª VARA, escrivão Monteiro, no dia 24 do corrente, pelas onze horas da manhã, no tribunal da Boa Hora, ha de arrematar-se por um anno, a quem mais der de 14.540 réis, uma terra de sequeadura, junta á quinta do Pinheiro, no Montijo, na estrada de Queluz, freguezia de Benfica, pertencente á herança do padre Alexandre Cardoso de Carvalho Pimentel.

5 PELO JUIZO DOS ORPHÃOS DA 4.ª VARA, escrivão Cordeiro, correu editos de trinta dias, a requerimento de José Eduardo Fernandes Alves, como inventariante dos bens do casal de seu avô o fallecido Manuel Gonçalves, e se faz o presente, chamando quem tiver direito aos predios que pertenciam ao dito fallecido, a saber: uma propriedade de casas, sita no largo, e junto ao adro da igreja de S. Sebastião da Pedreira, n.º 54, freguezia do mesmo santo, arrematada por João Verissimo de Barros Vianna—uma dita lã, em S. Antonio da Praca do Coração de Jesus, n.º 15 e 16, freguezia de Santa Isabel, arrematada por Antonio Martins Lopes Justo—umas casas com seu cerraço, no Algueirão—uma vinha, chamada da Matta—um cerraço, chamado os Matinhos—e um cerraço, chamado os Corralinhos, tudo na freguezia de S. Pedro de Penaferrim, termo de Cintra, arrematado por Miguel Duarte—uma terra, denominada de Rio Ferreira, e uma dita, denominada de S. João, ambas na freguezia de Santa Maria, termo da dita villa, arrematadas por Antonio Emydio Gaspar—e uma propriedade de casas em Queluz de cima, arrematada por Thomás Elias dos Santos; e bem assim aos seus productos consignados no deposito publico, no liv. 15 da receita dos orphãos, a saber: 1.111.600 réis, a fl. 243; 160.5200 réis, a fl. 247; 251.550 réis, a fl. 271; 178.600 réis, a fl. 272; e 885.500 réis, a fl. 335; para que o juizo deduzir no dito juizo, prazo e cartorio, pena de lançamento, e de serem julgados livres e desembaraçados os referidos predios, bem como os seus productos, para os devidos effeitos.

6 PELO JUIZO DA 4.ª VARA, escrivão Ramos, e a requerimento dos ex.ºs marquez e marquez de Penalva, correu editos de trinta dias, a fim de por elles serem citados os herdeiros da fallecida Nicolina Rosa de Sousa, viua de Agostinho José de Sousa, a fim de virem julgar devoluto para os annunciantes, como emphyteutas principaes de dois prazos em vidas, sitos na rua nova da Alegria, n.º 39 e 40, com o fôro de 23.800 réis annuaes, de que a dita fallecida era sub-emphyteuta, com a pena de